



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2014, de minha autoria, bem como ao Requerimento nº 26, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, ambos aprovados em 29 de maio do corrente ano, que tem por finalidade a avaliação de políticas públicas implantadas pelo Governo Federal que tratam de recursos hídricos para o Semiárido nordestino e de planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil.

Informo à Comissão que esta audiência pública é decorrente da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa.

Lembro que os temas objeto desta audiência pública são da competência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e estão previstos no art. 104-b, incisos VII e X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Na 15ª Reunião desta Comissão, realizada em 29 de maio do corrente ano, foram aprovadas as propostas de plano de trabalho referentes aos Requerimentos nºs 23 e 26, de 2014, tendo como Relatores Acir Gurgacz e Senador Ruben Figueiró, respectivamente.

Comunico que, nesta reunião, teremos a presença dos seguintes convidados:

- Sr. José Silvério da Silva, chefe da Divisão de Agricultura Irrigada do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

- Sr. Wilson Vaz de Araújo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura;

- Sr. João Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

- Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador-Geral de Prospeção e Análise dos Fundos do Ministério da Integração Nacional;

- Sr. Cantídio Freitas Mundim Neto, Secretário Substituto da Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA);



- Dr. Alexandre Luís Giehl, Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca;

- Dr. Deoclécio Pereira de Souza, Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro do Banco Central do Brasil;

- Dr. Ernesto Pereira Galindo, Técnico em Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

- Dr. Hypérides Pereira de Macedo, Consultor em Recursos Hídricos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

- Dr. Alexandre Câmara Bernardes, Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg), representando a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Informo que nós vamos dividir esta audiência pública em duas sessões públicas, em função de nós termos dois temas distintos, dois temas que nós estamos hoje promovendo: recursos hídricos, o primeiro; e crédito rural, o segundo.

Portanto, iniciaremos com o primeiro tema, recursos hídricos.

Eu convido, para compor a Mesa, os convidados Dr. Alexandre, Dr. Cantídio, Dr. José Silvério, Dr. Ernesto – que estejam presentes, para nós começarmos a nossa audiência pública.

Antes de iniciarmos, peço aos convidados que se preparem para compor a Mesa e agradeço a presença.

Senador Ruben Figueiró, muito bom dia!

Caros amigos e amigas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelos canais do Senado na internet, como o portal e-Cidadania e o Alô Senado, o objetivo destas audiências públicas é iniciar uma análise detalhada de duas políticas públicas importantes para a agricultura brasileira: o plano de recursos hídricos para o Semiárido nordestino e o planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil, em atendimento ao requerimento apresentado por mim e pelo Senador Ruben Figueiró.

As duas políticas são complexas e envolvem diversos órgãos nacionais, estaduais e municipais, sendo que temos um cronograma já definido de audiências públicas e pedido de informações aos órgãos públicos envolvidos nessas políticas.

É importante destacar que, dessas políticas, dependem milhões de brasileiros que sofrem com a escassez de água e a desertificação. As características climáticas e socioeconômicas do Semiárido brasileiro requerem tecnologias específicas de utilização e conservação dos recursos hídricos.

Além das formas tradicionais de acumular água em pequenos reservatórios de superfície, os chamados açudes, e a perfuração de poços, têm-se buscado alternativas, como obras de integração de bacias hidrográficas e o



transporte de águas a grandes distâncias, como a transposição do Rio São Francisco.

A análise dessas diferentes políticas hídricas para o Semiárido, com foco na conservação e uso sustentável das águas, é o objetivo geral desta série de audiências públicas que estamos iniciando hoje.

O fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste como política de convivência com as secas tem sido praticado desde os tempos do Império. Muito já foi construído e não se tem mais a vulnerabilidade do início do século passado. Contudo, ainda há muito a ser feito para que a população rural tenha acesso à água boa e de qualidade.

Há também a necessidade de tornar os investimentos mais eficientes a favor da população carente.

Com a prática da gestão de recursos hídricos, fomentada através da Lei nº 9.433, de 1997, ações emergenciais estão sendo substituídas por ações de planejamento e gestão de água, de forma integrada, participativa e descentralizada, em apoio às ações dos órgãos gestores locais, estaduais e organizações não governamentais reunidos nos comitês de bacias.

Portanto, essa mesma Lei nº 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, que está sendo aplicada de forma inovadora e acelerada no Nordeste brasileiro, muito em função da escassez de água, precisa ser aplicada em todo o Território nacional, como lá, na nossa Bacia Amazônica, ou na bacia do Rio Madeira, que é o principal rio do meu Estado de Rondônia.

Parece que, por conta da abundância de água, não nos organizamos tão bem quanto nossos irmãos do Nordeste, que sofrem com a falta de água. Esse é um equívoco que temos que superar em Rondônia e em toda a Amazônia, pois a abundância de água não significa que não temos problemas hídricos ou conflitos pelo uso da água.

Recentemente, Rondônia sofreu a maior enchente de sua história, quando as águas do Rio Madeira subiram 19,74m, atingindo mais de 97 mil pessoas e deixando 35 mil desabrigados, com prejuízos que superam a cifra de R\$4,2 bilhões. Foi preciso uma enchente dessa dimensão para que pudéssemos enxergar a importância da Política Nacional de Recursos Hídricos e para implantarmos a gestão integrada e participativa nas bacias hidrográficas.

Esse enfoque está presente no Plano Integrado de Reconstrução e Prevenção de Desastres de Rondônia, que foi concluído ontem pelo Governo do Estado e que foi elaborado com a participação de toda a sociedade do nosso Estado. O Governador Confúcio Moura teve uma visão ampla do problema e aproveitou o momento para realizar um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, destinado à reabilitação social e estrutural das localidades atingidas pela enchente, para executar ações que reduzam os riscos de desastres em Rondônia, bem como para alavancar a economia do Estado a um patamar superior ao que tínhamos antes da enchente.

Um dos componentes do plano de reconstrução é exatamente promover a integração das ações de reconstrução e de prevenção de desastres



com a Política Nacional de Recursos Hídricos e também com a Política Nacional de Defesa Civil, no sentido de preparar o Estado institucionalmente para gerenciar suas águas e prevenir os desastres naturais. Portanto, tanto na seca quanto na enchente, o mais importante é estarmos preparados para enfrentar as adversidades no Brasil.

Precisamos aperfeiçoar os mecanismos de enfrentamento desses problemas, e isso passa pelo acompanhamento e otimização das políticas públicas existentes ou em formulação, visto que já possuímos um arcabouço considerável de experiências e de políticas públicas para tal fim, principalmente no Semiárido brasileiro.

Gostaria também de comunicar que o Presidente do ICMBio encaminhou, dia 3 de junho, a anuência para que o Ibama autorize o plano de trabalho apresentado pela empresa contratada pelo DNIT para realização dos estudos da fauna e flora nas Unidades de Conservação ao longo da BR-319. Quando realizamos a diligência pela BR-319, entre 24 e 27 de novembro do ano passado, a empresa já tinha encaminhado o plano de trabalho desse documento. No dia 6 de dezembro, realizamos uma audiência pública na CRA para resolver as questões pendentes, e o DNIT, Ibama e ICMBio se comprometeram em trabalhar em sintonia no processo de licenciamento da reconstrução dessa rodovia.

Agora estamos no limite da janela hídrica. Se a autorização não for emitida nos próximos dias, corremos o risco de perder o tempo de estiagem para realizar os estudos para liberação da reconstrução dessa rodovia. Essa é uma obra do PAC que, após a reconstrução do trecho do meio, ligará Roraima e Amazonas por estradas a Porto Velho e aos demais Estados da Federação brasileira e possibilitará que Rondônia coloque produtos hortifrutigranjeiros no mercado de Manaus, como verduras, derivados do leite e outros que, atualmente, em muitos casos, chegam ao mercado consumidor de avião, de São Paulo e de outros grandes centros. Neste momento em que a agricultura, principalmente a agricultura familiar, cresce a índices de 10% ao ano, precisamos de vias de escoamento desses produtos perecíveis e semiperecíveis. Não podemos depender de 15, 20 dias de transporte pelas balsas.

Além de favorecer a agricultura, esse será, certamente, um caminho turístico que gerará uma nova fronteira de renda para os milhares de habitantes que vivem sem acesso hoje a saúde, educação e bem-estar.

Esperamos que nós não percamos essa janela hídrica para a reconstrução da nossa BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

Mais uma vez, agradeço aos nossos convidados pela presença para que façamos a nossa audiência pública. Também agradeço ao nosso parceiro colega Senador Ruben Figueiró, pelo seu trabalho junto conosco nesta audiência pública.

Faremos duas etapas, Senador Figueiró. Primeiro, vamos discutir os recursos hídricos; depois, o crédito da agricultura.

Vamos iniciar, então, ouvindo o Dr. Alexandre Luís Giehl.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem. Então, ouviremos o Dr. Cantídio de Freitas Mundim Neto.

V. S^a tem a palavra.

O SR. CANTÍDIO DE FREITAS MUNDIM NETO – Srs. Senadores, bom dia. Bom dia, Senador Acir Gurgacz. Bom dia, senhores.

Eu estou aqui representando o Ministério da Pesca e Aquicultura, em nome do Ministro Eduardo, que foi convidado. Ele está impossibilitado de vir, pois está em viagem ao exterior. Então, eu e o Alexandre estamos representando aqui o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Eu vou falar sobre as ações da aquicultura para o Semiárido nordestino, que a gente tem implementado lá no Ministério. Eu preparei uma pequena apresentação aqui, entreguei à Secretaria e queria saber se está em ponto de colocar. (*Pausa.*)

É possível? O.k.

A gente vai falar aqui sobre os recursos hídricos, sobre as possibilidades de aquicultura no Semiárido nordestino.

Próximo.

Programas e ações da aquicultura, do Ministério da Pesca e Aquicultura, em relação ao Semiárido nordestino. A gente tem duas ações lá: uma voltada para as ações em águas da União e outra em estabelecimentos rurais. Em águas da União, há uma grande possibilidade devido aos reservatórios que temos no Nordeste. O Ministério fez estudos para a implantação de aquicultura naqueles reservatórios, que se dividem em piscicultura continental e maricultura. A maricultura envolve a carcinicultura, e temos aproveitado principalmente aquelas zonas estuarinas para desenvolver os processos.

No tocante à piscicultura, que é o mais forte dentro do Semiárido, temos desenvolvido programas, haja vista alguns dos reservatórios que temos, reservatórios de usinas hidrelétricas, instalados no Nordeste, como o reservatório de Sobradinho, o reservatório de Xingó.

Próximo.

Estas aqui são imagens de tanques-redes espalhados em alguns reservatórios, que colocamos aqui para ilustrar.

Próximo, por favor.

Aquicultura. Sobre a aquicultura, temos feito lá avaliação em relação ao uso múltiplo dos recursos hídricos, tanto para geração de energia elétrica, quanto para produção de peixe. E o Ministério tem dado um foco muito importante nessa ação, porque, devido à escassez de água ali e graças a esse represamento de água para gerar energia elétrica, nós temos desenvolvido alguns estudos.

Então, o que acontece? Estamos incentivando a atividade aquícola dentro desses corpos hídricos lá, para gerar emprego, renda, e buscamos o foco de fortalecer principalmente a economia familiar, trabalhando com áreas aquícolas onerosas e não onerosas. As não onerosas são voltadas para as pessoas que necessitam, para o público da economia familiar. E aí temos um programa de



distribuição através de licitação, em que fazemos e identificamos as pessoas para a cessão dessas áreas aí.

Sobre as políticas públicas implantadas em relação aos recursos hídricos no Semiárido, destaco principalmente a otimização do uso desses recursos, buscando garantir o múltiplo uso deles através da identificação de áreas aptas para a produção.

O Ministério tem focado lá estudos para desenvolver, nesses reservatórios aí, a possibilidade de produção aquícola ali. Então, destacamos lá cinco reservatórios em que foram identificadas potencialidades para desenvolver a aquicultura, entre os quais se destacam três no Rio São Francisco, que são Itaparica, Xingó e Sobradinho. Temos também o reservatório de Boa Esperança e Armando Ribeiro, e também outro no qual fizemos o estudo, mas não se viabilizou a possibilidade de desenvolvimento de aquicultura, que é o de Coremas, no Estado da Paraíba.

A gente analisou, através desse estudo, a possibilidade de atingir aqui uma produção em torno de 30 mil toneladas/ano e, direta e indiretamente, gerar 5.615 empregos. Esses estudos estão prontos. A gente deve lançar, nos próximos meses, algumas licitações para distribuir essas áreas. Porém, este ano há um impeditivo, devido à lei eleitoral, para fazer a licitação para áreas não onerosas. Então, a gente vai segurar o lançamento até passar o processo eleitoral.

Este é um mapa do Brasil em que a gente identificou alguns reservatórios, em que o Ministério fez estudos. Ali aparece o Castanhão. A gente não identificou, mas há ali também, do lado nordeste, Itaparica e Sobradinho e também os reservatórios de Xingó.

Próximo.

Aqui a gente está mostrando um mapa, uma fotografia de como é a modalidade de implantação de parques aquícolas pelo Ministério. A gente tem parques aquícolas e áreas aquícolas, sendo que os parques aquícolas são demandas em que o Ministério propicia estudo, e áreas aquícolas são áreas de demanda espontânea, em que a própria iniciativa privada procura, desenvolve estudos para fazer esse levantamento de viabilidade de desenvolvimento da aquicultura.

Temos o ambiente, que pode ser continental e marinho.

E o público alvo pode ser as sociais, que são as não onerosas; e as empresariais, que são as onerosas.

Próximo, por favor.

A gente vai falar especificamente aqui de um parque aquícola do Nordeste, que é o parque aquícola no Reservatório Padre Cícero, chamado Castanhão. A gente fez, ano passado, uma ação importante junto ao Conselho de Política, Gestão e Meio Ambiente do Estado do Ceará, para fazer o monitoramento desse parque aquícola, e disponibilizou recurso da ordem de R\$1,4 milhão. Foram identificados três parques lá, com potencialidade para atender 685 beneficiários e gerar 3.365 empregos diretos e indiretos. Esse aí a



gente tem focado como prioridade por estar numa região do Semiárido mesmo, onde, devido à obra da Sudene e do DNOCS para fazer o açude, a gente levantou essa possibilidade e tem esse desenvolvimento. O Ministério tem tratado com carinho esse Parque Aquícola do Castanhão, porque ali há uma potencialidade muito grande de atender principalmente aquelas pessoas que estão ali na área da seca. E a gente está buscando agora, através do monitoramento, fazer a compensação ambiental, uma vez que, na região, existe uma carência muito grande de água e dificuldade de chuva.

Estamos procurando também, junto com parceiros como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e também a própria Secretaria de Pesca e Aquicultura, desenvolver projetos que vão beneficiar essas pessoas em condições de risco e que necessitam de ações públicas que viabilizem sua permanência, como também buscamos a geração de emprego e renda.

Próximo.

Agora a gente vai falar de uma outra ação, que são os viveiros escavados, que a gente tem implementado muito na região do Semiárido nordestino. Isso aí são projetos do Ministério, principalmente voltados para parcerias com prefeituras. Desde 2008, foram realizados 130 convênios com prefeituras do Nordeste para promover a produção de viveiros escavados, que é outra forma de geração de emprego e renda, principalmente, Senador, utilizando aquelas águas de que foram feitos poços artesianos, mas não há viabilidade para o consumo humano. Então, identifica-se uma possibilidade de criar peixe da espécie tilápia, e aí a gente tem implementado algumas ações lá.

Dentro do estabelecimento rural, da aquicultura em estabelecimento rural, o ministério tem priorizado a aquicultura familiar, principalmente a piscicultura e a carcinicultura, através de produção em viveiros.

A gente tem realizado a incorporação de novas áreas no Semiárido. E viabilizar a construção desses viveiros escavados é uma política que o ministério vem desenvolvendo para implementar a renda e fixar o homem lá, evitando a evasão ou migração.

Próximo, por favor.

Dentro de aquicultura em estabelecimentos rurais, as ações que o ministério tem priorizado são a cessão de maquinários agrícolas aos Municípios para construir os viveiros escavados, as transferências voluntárias, através de convênios que a gente realiza com os Municípios para implementar essas ações, e parcerias com outros órgãos do Governo, como Codevasf e DNOCS. A gente tem feito também parcerias com universidades para desenvolver pacotes tecnológicos para produção de pescado na região, principalmente na questão do camarão, e apoio aos aquicultores familiares, através também de parcerias e de transferências para associações, que a gente faz através de convênio.

Eu queria agradecer.

Estou à disposição para alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem. Muito obrigado, Sr. Cantídio, pela sua apresentação e por sua



presença aqui conosco, acreditando que a gente começa realmente às 8h o nosso trabalho. Isto é importante, Senador Figueiró, Senadora Ana Amélia: a nossa Comissão de Agricultura começa realmente sempre no horário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– É, nós temos essa prática de trabalharmos cedo, a agricultura começa cedo o trabalho.

Agradeço a presença do Dr. José Silvério da Silva, Chefe da Divisão de Agricultura Irrigada do Ministério da Agricultura, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Bom dia a todos.

Sentimo-nos honrados com o convite.

A questão da água é uma preocupação em nível mundial. Hoje, nós temos o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Agência Nacional de Águas, como responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos; temos o Ministério da Integração, que deve estar presente, que trata da Política Nacional de Irrigação, conforme competência outorgada pela lei... Creio que é a Lei nº 10.683, de 2003.

A agricultura é responsável por 70% do consumo de água em nível mundial. Então, cumpre-nos aqui situar nosso enfoque sobre o problema, imaginando que alguma ideia possa ser aproveitada ou sirva para orientação quando aprofundarmos o debate da matéria.

Preparei, naturalmente, muita coisa, e vou cortar muita coisa desta minha apresentação, mas temos que contextualizar a questão hídrica em nível mundial.

É claro, os recursos hídricos envolvem diversas finalidades, que estão ali bem enfatizadas: segurança alimentar, energia, consumo humano, etc.

Pode passar.

A preocupação mundial. No século passado, a população cresceu três vezes, e o consumo de água cresceu sete.

Pode passar.

Eu quero enfatizar que a água é constante, a água disponível em nível mundial é constante. Desde o período cambriano, há 500 milhões de anos, a água é constante. Agora, o consumo vai aumentando na medida em que a população vai aumentando, e a disponibilidade *per capita* vai diminuindo. Então, a administração e o gerenciamento eficaz são muito importantes.

Pode passar.

É aquilo que eu estava dizendo: 80% do suprimento adicional de alimentos necessários para atender à demanda por água da agricultura será produzido por terras irrigadas. Em função da competição pelo uso da água que se vislumbra – ou, aliás, já está acontecendo –, somente 12% da água disponível poderá ser disponibilizada para a produção de alimentos. Tudo isso aí só poderá ser alcançado com a agricultura mais intensiva, mais produtiva e mais eficiente no uso da água.



Aí nós temos uma desigualdade da distribuição de água no País. Muitas vezes, as estatísticas sobre disponibilidade de água no País levam ao estabelecimento de um estado de abundância esbanjadora. Na realidade, 89% da água disponível no País está concentrada nas Regiões Norte e Centro-Oeste, que detêm somente 15% da população do País; o resto está em situação difícil, conforme vocês veem mesmo no Estado de São Paulo.

Esse gráfico aí ilustra a questão da população, a questão da superfície e a questão da disponibilidade da água. O Nordeste, especificamente, detém 29% da população, 18% da superfície do País e só 3% da água disponível no País. Isso requer um trabalho consistente, inteligente, uma ação coordenada para que esse gerenciamento seja eficaz, e a água seja otimizada para os seus usos múltiplos.

Pode passar.

Isso só para situar em nível global. A área irrigada hoje no mundo está em torno de 304 milhões de hectares, ou seja, um consumo de 10.200 metros cúbicos por hectare/ano ou 0,33 litros por segundo por hectare.

Pode passar.

Esse gráfico retrata a área agricultável no País. Pastagens, 172 milhões; lavouras, florestas plantadas e por aí.

Pode passar.

A evolução da área irrigada.

O Ministério da Agricultura não tem a competência ministerial para tratar da questão de irrigação no País, já que a responsabilidade pela sua formulação e condução é do Ministério da Integração Nacional; por outro lado, a irrigação é um item da política agrícola. Então, o Ministério não pode ficar dissociado dessa questão da água e sua inter-relação com a agricultura.

Na verdade, quando nós começamos a fazer um trabalho mais consistente com o apoio muito forte da política agrícola – está ali o Dr. Wilson –, houve, nos últimos anos, uma evolução modesta, mas uma boa evolução em termos de agricultura irrigada. Nós temos registrados mais ou menos 4,7 milhões de hectares até 2012, mas registros da ANA (Agência Nacional de Águas), que é responsável pelas outorgas – e as outorgas estão associadas ao quantitativo de área a ser irrigada –, dão conta de que hoje temos em torno de seis milhões de hectares irrigados.

Pode passar.

No Brasil, a área irrigada... Está ali. Já disse que, conforme o registro da ANA, são 5,4 milhões de hectares.

Pode passar o próximo.

A distribuição das potencialidades para a irrigação no País está ali. O Nordeste tem 4,4%.

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Aquele mapa é sobre a irrigação ou é a nossa reserva das águas?



O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Aquele mapa ali é sobre o potencial para irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É o potencial para irrigação.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Ou seja, o Nordeste tem 1,3 milhão de hectares. É o potencial para irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ah, muito bem. Não é a reserva de águas existente por região, não?

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Não, ainda não. Não é ainda, não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Pode passar.

Bom, nós temos inúmeros desafios.

Eu vou sintetizar o que a natureza pode nos oferecer, onde estão as demandas de água para irrigação, o que a população e os meios produtivos causam de degradação, a oferta de infraestrutura hídrica energética e de transporte.

Pode passar.

As questões associadas ao meio ambiente, está tudo ali; o que a população, os meios produtivos e a natureza querem, de onde querem, como querem e quando querem; como alcançar esse potencial; como atender à demanda.

Pode passar.

Quer dizer, o objetivo nosso é produzir mais, produzir melhor e de forma sustentável. Quer dizer, essas propostas associam, obrigatoriamente, eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental.

Pode passar.

Esse aí pode passar.

O Ministério da Agricultura, através de suas políticas e em articulação com as outras Pastas já citadas – Ministério do Meio Ambiente, através da Agência Nacional das Águas, e Ministério da Integração –, espera uma expansão da área irrigada, um acréscimo de 1,2 milhão de hectares entre 2013 e 2015; 2,8 milhões de hectares entre 2016 e 2020; e 7 milhões de hectares até 2030.

Nós esperamos uma elevação da produtividade agrícola de 20% em termos dos principais produtores de grãos.

Hoje, a média de produtividade nossa está em torno de 3,2 toneladas por hectare, e nós queremos chegar, em 2015, a 3,35 toneladas por hectare. Isso passa, obrigatoriamente, pela irrigação. Como vocês sabem, a irrigação é uma técnica eficiente, que, associada aos demais fatores de produção, eleva a produtividade.

Pode passar.

Aí, aumento da participação dos produtos, eficiência no uso da água.



A eficiência no uso da água é um item muito importante para nós, porque, como vocês sabem, a água é escassa e tem múltiplos usos. O Brasil hoje consome, em média, 13 mil metros cúbicos por hectare, mas nós queremos baixar isso para 8 mil metros cúbicos por hectare. Então, nós temos que aumentar a eficiência. Como se aumenta a eficiência? Primeiro, utilizando equipamentos de irrigação altamente poupadores de água; utilizando plantas resistentes à seca, estresse hídrico; e outras técnicas em que a pesquisa está trabalhando.

Pode passar.

Bom, isso aí é uma especulação, mas nós esperamos geração de emprego com as políticas que o Ministério está desenvolvendo e com a expansão da área irrigada, quer dizer, através da área irrigada, há uma associação de agroindústrias e várias conexões, e, a partir daí, se espera uma elevação substancial na questão do emprego.

Esse aí pode passar, porque é mais teórico.

Pode passar.

Pode passar, porque eu quero reduzir muito esta minha apresentação, porque...

Ah, os desafios. Todos sabem que a agricultura é a maior consumidora de água: 70%. Qual é o grande desafio nosso?

- garantir o aporte regularizado de água para a agricultura em face da crescente competição com os outros setores da economia;

- racionalizar o uso da água, como racionalizar, utilizando equipamentos poupadores de água, envolvendo, potencializando a pesquisa em termos de culturas menos exigentes em água;

- criar mecanismos... Hoje, um grande desafio é criar mecanismos para a expansão da área irrigada no País. Por quê? Apesar de a área irrigada estar crescendo, nós irrigamos ainda pouco, algo em torno de 7% ou 8% da área total cultivada.

Nós precisamos expandir mais a área irrigada para ter um crescimento vertical da agricultura, a fim de conter a expansão da fronteira agrícola horizontalmente, exatamente por causa de uma série de questões ambientais que estão envolvidas.

Pode passar.

A importância da agricultura irrigada todos sabem: produção de mais de uma safra anual; aumento da produtividade das lavouras e pastagens; intensificação do uso dos solos, reduzindo a pressão por novas áreas; e contribui para a preservação ambiental.

Pode passar.

Bom; aí temos os aspectos legais. Eu já disse que a responsabilidade pela formulação e condução da Política Nacional de Irrigação é do Ministério da Integração, mas é uma obrigação do Ministério em função do art. 187 da Constituição, que dispõe que a irrigação é um item da política agrícola.

Pode passar.



Esse é um levantamento que nós fizemos por meio de informações da ANA. A área irrigada, segundo essas informações da ANA, hoje, deve estar em torno de 5,8 milhões de hectares.

O IBGE está fazendo um trabalho para trazer melhores informações para confirmar esses dados. Todavia, nós acreditamos que, de acordo com os dados oriundos da Agência Nacional de Águas, compilados com outras informações do Ministério da Integração, a área hoje irrigada está em torno de 5,8 milhões de hectares.

Um destaque que eu queria dar – e já havia dito anteriormente – é que o potencial, na verdade, no Nordeste, está em torno de 1,3 milhão de hectares. Vejam que está errado ali.

Pode passar, pois isso já foi dito.

É aquilo que eu disse: a questão da agricultura irrigada e da água, de uma maneira geral, envolve ações multidisciplinares, envolve uma série de elementos cuja integração é necessária para que haja uma política consistente e inteligente, que dê as respostas que a sociedade exige. Estão ali: pesquisa, certificação, crédito e incentivo, tarifação, educação, política creditícia e securitária – o Dr. Wilson vai falar –, planos e projetos, planejamento consistente e inteligente e assistência técnica acima de tudo.

Próximo.

A atuação do Ministério da Agricultura.

Vocês sabem que a agricultura irrigada se assenta em três pilares fundamentais: pesquisa, assistência técnica e crédito rural. Praticamente, esses três pilares estão sob a responsabilidade do Ministério. A assistência técnica, naturalmente, está compartilhada, hoje, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Então, qual o escopo da atuação do Ministério? Projetos de pesquisas realizados pela Embrapa visando a aumentar a eficiência dos projetos de irrigação e, também, o desenvolvimento de culturas adaptadas à irrigação, principalmente as culturas resistentes à seca, conforme eu disse; promoção de projetos direcionados ao manejo e conservação de solos; integração lavoura-pecuária-floresta, para o que a agricultura irrigada é importante ferramenta.

Nós temos lá a Câmara Temática de Desenvolvimento de Agricultura Sustentável e Irrigação, que é um importante elo entre o setor público e o setor privado para a formulação e definição de políticas para o setor.

Pode passar.

O Ministério participa dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais do Nordeste e Centro-Oeste, responsáveis pelo financiamento de atividades agropecuárias, especialmente a irrigação.

O Dr. Wilson falará do Plano Agrícola, que dimensiona os recursos para os diversos programas, destacando, hoje, o Pró-Irriga, naturalmente um programa que está associado ao Programa Moderinfra, que trata da irrigação.

O Ministério, hoje, é responsável pelos Objetivos 163 e 171, que, respectivamente, tratam da política de crédito para a agricultura irrigada (163) e do



programa de pesquisa para a agricultura irrigada (171), com uma grande ênfase no Nordeste, especialmente no Semiárido.

Pode passar.

Eu não vou detalhar esse programas, porque a apresentação é grande.

Pode passar.

Bom; é aquilo que eu já havia dito: na questão da política de crédito, a respeito do que o Dr. Wilson vai falar, merece destaque o fato de que o crédito para a Região Nordeste, de 2012 para 2013, cresceu quase 14%, evidenciando a ênfase que o Ministério está dando àquela região, conforme está destacado ali. Ainda há uma disponibilidade de R\$880 milhões para até 2015.

Pode passar.

Um instrumento hoje que o Ministério... Na verdade, eu quero enfatizar aqui que uma ação coordenada entre as diversas pastas que tratam do insumo água e seu inter-relacionamento com a agricultura é de suma importância, hoje, para viabilizar programas e projetos para a região. O Ministério está consolidando um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Integração e com o Ministério do Meio Ambiente, para, por intermédio da ANA, nós desenvolvermos vários projetos específicos para fortalecer e potencializar a questão água e solo.

Então, nós temos, nesse termo de cooperação, um programa para a definição da Política Nacional de Conservação de Solo e Água; um para a capacitação e treinamento; programas conjuntos para o pagamento do resultado da irrigação. Nós temos, ainda, a qualificação das atividades de regulamentação do uso da água no meio rural; parceria para o sistema de formação em irrigação e incremento da ampliação do universo dos programas Produtores de Água, que são tratados pela ANA.

Pode passar.

As ações estão ali bem destacadas: realizar planos e projetos de incentivo à irrigação pública e privada; definir áreas prioritárias para expansão e aperfeiçoamento da agricultura irrigada; implantar sistemas de ações e aperfeiçoamentos de crédito rural e seguro voltados para a agricultura irrigada; executar programas de certificação da agricultura irrigada; desenvolver ações para o desenvolvimento e formação de recursos humanos na agricultura irrigada; e aí por diante. Trata-se de uma série de ações que visa fortalecer a agricultura irrigada. Naturalmente, o Nordeste e o Semiárido se inserem nas nossas prioridades.

Pode passar.

O que eu quero destacar é que essa cooperação técnica envolve uma ação coordenada entre esses três Ministérios, onde essa integração é de fundamental importância para viabilizar todas essas ações que nós pretendemos desenvolver.

Pode passar.



Esse gráfico serve para destacar, porque, muitas vezes, a agricultura é demonizada. Assim, esse gráfico serve para demonstrar claramente que, enquanto a produção agrícola está crescendo, a área utilizada se mantém praticamente constante, demonstrando claramente que não está havendo aumento significativo em termos de expansão horizontal de áreas para a agricultura, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Desmatamento.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Sim. desmatamento. Trocando em miúdos, desmatamento. Na realidade, está havendo ganhos de produtividade.

Pode passar.

Quanto à irrigação, pode-se afirmar que a produção em uma área irrigada corresponde a três vezes mais aquela de uma área de sequeiro, isto é, em termos de produtividade física; e sete vezes mais a produção de sequeiro em termos de produtividade econômica.

Então, embora aquele dado ali esteja errado, os 5,8 milhões de hectares irrigados que nós temos hoje, ou seja, quase 6 milhões de hectares, respondem por 20% da produção nacional, em termos de produtividade física.

Pode passar.

E, em termos de produtividade econômica, responde por 43% da produção agrícola em termos de valor econômico para o País.

Esse potencial eu já o enfatizei.

Pode passar.

Não vou entrar nesse detalhe, porque isso faz parte da Lei de Irrigação.

Pode passar.

Este é outro assunto de que estamos tratando hoje.

Em termos de incentivos para a Região Nordeste: a Lei de Irrigação dispõe que, em cada perímetro público, é importante que haja... Aliás, não é importante; ela preconiza que haja uma unidade demonstrativa, ou seja, uma vitrine tecnológica das boas práticas de irrigação, que serviria a catalisar as ações e, assim, instruir os produtores envolvidos na atividade para que disseminem a técnica, para que eles utilizem a técnica da melhor forma possível. O de que se carece, hoje, em termos de irrigação, é de pessoal preparado, capacitado.

Então, no Ministério da Agricultura, juntamente com os outros três Ministérios, estamos desenvolvendo estudos para implantar, em cada perímetro irrigado, uma unidade demonstrativa a fim de capacitar, treinar e orientar os produtores.

Pode passar.

Então, para este ano, já temos programadas algumas unidades demonstrativas. Estão licitadas em: Barreiras, na Bahia; Nupeba, na Bahia; Formoso, Maniçoba, Curaçá, no Piauí; em Sergipe, conforme está ali destacado. Essas unidades demonstrativas, volto a dizer, são verdadeiras vitrines



tecnológicas para orientar, para capacitar, para treinar os produtores e técnicos sobre as melhores técnicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Pode passar.

Aqui, é importante destacar que temos, hoje, alguns gargalos: a questão do suporte energético; a questão – pode passar para o próximo – do baixo retorno econômico.

Antes de finalizar a minha apresentação, quero dizer que o Ministério da Agricultura entende que a ação coordenada é fundamental para viabilizar projetos e programas para a Região. Em relação ao Nordeste, especificamente o Semiárido, que envolve uma atuação multidisciplinar, nós entendemos que devem ser potencializadas as culturas existentes na região, ou seja, deve haver um programa consistente para desenvolver as culturas existentes na Região. Para tanto, a irrigação é fundamental. Mas isso aí passa, obrigatoriamente, por um planejamento eficiente e eficaz, esforços concentrados e, sobretudo, gestores capacitados, porque as questões atinentes à água e à irrigação são complexas. Então, é fundamental que haja esforços concentrados e gestores capacitados.

E, no Ministério, conforme está destacado aí, a questão do Semiárido sempre foi prioridade. Sempre o Ministério se envolveu nos apoios, dadas as suas competências, e está sempre disposto a colaborar, sendo ele um órgão indutor e catalisador do processo produtivo agrícola.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Dr. José Silvério da Silva, pelas suas colocações.

Passo a palavra ao Dr. Hyperides Pereira de Macedo, consultor da CNA.

O SR. HYPERIDES PEREIRA DE MACEDO – Devo simplificar o protocolo de saudações para apenas saudar a Mesa, na pessoa do Senador Acir Gurgacz, subscritor do requerimento que trata das políticas públicas sobre recursos hídricos no Semiárido nordestino.

Na verdade, vou procurar aprofundar uma palestra no sentido conceitual das questões básicas do nosso Semiárido, para uma compreensão melhor das políticas públicas em relação à irrigação, a recursos hídricos, a conservação de solo e à política de manejo florestal.

Então, eu queria começar projetando o primeiro quadro.

Em primeiro plano, eu queria conceituar o que é o problema maior do nosso Semiárido nordestino. A face semiárida do Nordeste se caracteriza por uma irregularidade chuvosa e por uma distribuição espacial e temporal irregular.

Por outro lado, nós não somos uma região tropical; somos uma região trópico-equatorial. Ali, as mudanças climáticas são muito dinâmicas. O oceano, por exemplo, guarda a memória do tempo durante seis meses, e a atmosfera, durante 48 horas.

Nos climas temperados, as previsões meteorológicas conseguem ter um acerto muito maior em função da memória que está na atmosfera, mas, nos



climas trópico-equatoriais, a dinâmica da mudança é tão variável que é difícil se fazer previsão meteorológica.

O Nordeste colocou 12 boias no Atlântico Norte para que a gente saiba o que vai acontecer durante seis meses, porque o Pacífico, que domina o fenômeno El Niño, tem 120 boias. Essas boias, que estão a 700 metros de profundidade, conseguem dizer o que vai acontecer com antecipação de seis meses, porque a temperatura do fundo do mar é que caracteriza o que vai ser, depois de seis meses, a temperatura da superfície.

Infelizmente, já agora no começo dos anos 80, é que o Nordeste começou, por meio de um convênio com a Funceme, do Ceará, a colocar 12 boias no Atlântico Norte para que tenhamos uma avaliação melhor da nossa previsão meteorológica. Então, eu acredito que essa questão da previsão meteorológica é fundamental para orientar a nossa agricultura no Semiárido.

Outra característica mais perversa da questão do Semiárido é a nossa geologia cristalina. O Nordeste, diferentemente do resto do País, desse cerrado vermelho, que é um queijo homogêneo em toda a sua extensão espacial no sentido horizontal e vertical... E muita gente pensa até que as montanhas de Minas são heterogêneas. Não! As montanhas de Minas são feitas de barro vermelho, tanto que elas, durante as estações invernosas, deslizam. O Nordeste é diferente; é como esta sala do Senado aqui: um cimento, uma sala cimentada. Assim, o que chove sai pela porta; nada é guardado dentro do seu ventre.

O próprio frei alemão, o primeiro botânico mandado pelo Imperador ao Semiárido, disse uma frase que talvez tivesse mudado toda a política dos engenheiros que fizeram a política de açudagem do Nordeste durante os séculos XIX e XX. Ele, em 1856, observando a região de Sobral, no Ceará, disse: "O Semiárido não tem grandes cercanias que guardem a chuva no seu ventre". Quer dizer, o que chove não é guardado dentro daquela esponja como é no Sul, como é no Cerrado.

Dizia ele então: "Não há cercanias que guardem a chuva no seu ventre. Caudalosos e medonhos arroios descem a serra, mas, ao aceno do primeiro estio, não há mais um rio que mereça esse nome." Isso quer dizer que o Semiárido não tem rios permanentes não porque chova pouco; pelo contrário, o Semiárido é uma das regiões mais chuvosas do mundo. Já dizia um cientista da Universidade de Stanford, no começo do Século XX, que só em 25% das regiões do mundo chove mais de 1000 milímetros; e, no Ceará, chove mais de 1000 milímetros, e assim no Rio Grande do Norte, na Paraíba. São 900 milímetros de chuva no Piancó; 950 no Cariri; 2000 milímetros na Ibiapaba, no Ceará. Então, não se trata de uma região com poucas chuvas. O que acontece é que temos ali uma região com alta taxa de evaporação e de uma geologia cristalina que não guarda a chuva dentro do chão. Se ali fosse uma esponja, o que chovia ficava dentro do chão, e, durante o resto do ano, essa água armazenada no terreno correria para os vales. Por isso que, aqui, os rios são permanentes.

Então, nós aprendemos, nas aulas de geografia, que os rios do Nordeste não são permanentes por conta da chuva. Não tem nada a ver! No



Nordeste, chove o suficiente para os rios serem permanentes. Na Espanha, chove 350 milímetros, muito menos do que no Nordeste, bem como em Israel e, no entanto, há ali rios permanentes. Então, não tem nada a ver com isso.

O próprio Thomaz Pompeu Sobrinho, num livro publicado no começo do século XX, dizia que no Cariri, que é uma região sedimentar – o Cariri do Ceará –, o Rio Salgado era permanente até 1918, vazando até a cidade do Icó. Quer dizer, o que tirou a permanência do Rio Salgado foi o desmatamento e a degradação do território. Contudo, as regiões sedimentares não precisam de muita chuva para que os rios sejam permanentes. Esse equívoco mudou um pouco a nossa política de açudagem e desorganizou um pouco o nosso planejamento.

Outra característica decorrente dessas condições fisiográficas é essa pluviosidade irregular no tempo e no espaço, no período de seca; alta taxa de evaporação e rios não permanentes, como eu acabei de dizer.

Pode passar para o seguinte.

Bom; isso é o Cerrado. É um retrato da terra roxa de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul. Isso é uma região homogênea. Vocês estão vendo uma região homogênea. É toda igual na vertical e na horizontal. Vocês notam que aqui, em Brasília, quando fazem os viadutos, as escavações são muito parecidas. No aeroporto, barro vermelho; aqui, na Esplanada, barro vermelho. Não há muita mudança. Por isso é fácil construir e fazer agricultura no Cerrado. O difícil é fazer no Nordeste.

Então, vejam que se trata de uma região homogênea. Os rios estão ao lado dos solos. A água está ao lado dos solos. A energia que está na margem da estrada – essa linha escura – gera energia na estrada e, ao mesmo tempo, está ao lado da fronteira agrícola. Vocês andam numa estrada em Goiás e no Mato Grosso e, de um lado, veem cana de açúcar e, do outro lado, algodão. De um lado, vocês veem soja; do outro lado, laranja. Agora, andem no Nordeste. No Nordeste, quando vocês andam em uma estrada, de um lado, veem jurema preta; do outro lado, jurema preta também. Vocês não veem um caminhão transportando alimento no Nordeste. Vocês viam muitos ônibus da Itapemirim levando a população para o Sul, nunca levando a produção, porque a estrada é construída na linha de cumeeira do terreno – quem é engenheiro sabe que se constrói estrada na linha da cumeeira, para evitar pontes, nos divisores de águas, onde não há água. Então, as estradas passam no espinhaço do cristalino, onde é pior ainda.

No Nordeste, quando se coloca energia ao lado das nossas estradas – e esta é a teoria universal, ou seja, colocar energia ao lado das estradas –, só há postes, não há transformador, porque não há agricultura ao lado das estradas. Portanto, a energia do Nordeste é só poste.

Então, o Nordeste cai numa contradição muito grande: a água está nos boqueirões cristalinos; os açudes são construídos naquelas ombreiras de bolsões cristalinos do Semiárido – é onde não há solo; a água está onde não há solo; a estrada está onde não há água; a energia está onde não há produção.



Então, o Nordeste é assim: colocam água onde não há solo; colocam energia onde não há água; e colocam estrada onde não há produção.

Essa contradição heterogênea da nossa base física foi que dificultou, por muitos anos, o planejamento da Sudene. É muito difícil planejar numa região heterogênea. É muito difícil!

Precisava haver um programa de irrigação. Já nos anos 60, quando o Estatuto da Terra, de Castelo Branco, criou o Geida, começaram a organizar os chamados Planos Diretores de Bacia, que foi o casamento do solo com a água. Quando o solo começou a se casar com a água, foi que o Nordeste começou a descobrir suas grandes manchas de tabuleiro e sua irrigação privilegiada.

Na verdade, até então, desde a década de 30, 40 e 50, a irrigação era feita nos aluviões dos rios, porque ali havia um pouco de solo aluvial e a água vizinha, no rio. Só que o aluvião é um complexo heterogêneo; ele não dá produtividade, não tem competitividade. É uma região altamente complexa. Com o lençol freático elevado e a salinidade muito aflorante, é muito difícil você trabalhar no aluvião.

Foi preciso, nos anos 60, a missão de Israel, o IRIDA, da Espanha, e a missão francesa começarem a organizar a política de irrigação do Nordeste. E foi, talvez, Israel que tenha dado a primeira grande colaboração, porque conseguiu casar os tabuleiros com a água.

Havia ainda, na política da Europa – e os europeus colonizaram a África –, a ideia de irrigar nos aluviões. Os franceses, por exemplo, privilegiaram os aluviões. Assim, no baixo Jaguaribe etc., etc. Foi uma política de fracasso. Não funcionou. Foi um verdadeiro colapso a irrigação dos aluviões no Nordeste. Por quê? Botaram mais gente para fora dos aluviões do que para dentro, porque os aluviões eram a única estrutura da pequena classe média agrícola que havia no Nordeste. Então, foi um equívoco grande, que só podia ter sido feito por um regime militar ditatorial, pois foi um absurdo o que se fez no Nordeste. Assim, os tabuleiros foram esquecidos.

Foi exatamente a missão de Israel, que deu essa contribuição de colocar o casamento da água em cima dos tabuleiros. São solos altos, platôs sedimentares, o que veio a dar uma conotação nova. Só que eles são altiplanos. Não se irriga por gravidade, e são arenosos também; são latossolos e os antigos podzólicos. Precisava de uma irrigação diferenciada, com uma tecnologia moderna. Aí veio a aspersão; aí veio o gotejamento. E foi por isso que venceu a chamada irrigação pressurizada, que passou por cima da irrigação gravitária, e os tabuleiros foram eleitos como os principais solos a serem privilegiados no processo de irrigação.

Essa mudança só veio a acontecer nos anos 70, com os projetos de irrigação do Denocs e da Codefasf. Foi a mudança dessa tecnologia, o casamento da irrigação pressurizada nos altiplanos de platôs sedimentares homogêneos... Porque o Nordeste tem bolsões homogêneos; são mosaicos homogêneos. Ele é um mosaico muito diverso: mosaico azul, vermelho, cinzento, verde. Só os



mosaicos verdes, que são os sedimentares, servem para casar com a água e fazerem a irrigação que eu vou mostrar agora.

Este é o Nordeste. Vejam a diferença daquele quadro anterior para o Nordeste.

No Nordeste, se fizer um aprofundamento da geologia, veremos que esta muda a menos de um metro na profundidade e a menos de dez metros na horizontal. É muito difícil trabalhar no Semiárido por conta disso. Ele é esse mosaico multidiverso. Parece uma colcha, um desenho, uma pintura surrealista, mas é assim.

Vocês veem aí, por exemplo, um pedaço do Ceará. Está aí o Açude Castanhão – esse triângulo azul – e está aí o Canal da Integração, que vai para Pecém. Vocês veem a estrada ao lado – cinzenta – e a linha escura, a eletricidade. Vocês notam que a estrada passa pelos mosaicos que não são... Quais são os mosaicos bons ali? É essa mancha verde, aquela outra mancha verde e aquela outra mancha verde. Esses mosaicos marrons acinzentados não são agricultáveis para irrigação, não são irrigáveis. Então, é muito comum a estrada passar onde não tem solo. Por isso a energia não serve para produzir, porque não tem transformador. Só serve para iluminar a estrada. Essa é a realidade do Semiárido.

Foram precisos muitos anos para se descobrir esse modelo e começar... Faltou o ensinamento daquele botânico do Império, o frei alemão. Se a gente tivesse pensado naquele botânico do Império, a gente tinha mudado a coisa há muito tempo. Mas foram 100 anos perdidos de irrigação equivocada numa região heterogênea, ou seja, com uma base física heterogênea.

Por isso eu acho que não é a aridez, não é a questão do inverno, da chuva em si o maior problema. O maior problema foi essa base cristalina que caracteriza essa heterogeneidade da base física da região.

Então, é preciso conduzir. Por isso que é importante a integração de bacias. Qual foi o grande fenômeno da integração de bacias? Qual é a grande justificativa dos nossos canais de integração? O nome está correto. Esse nome veio da primeira peça de planejamento que o Semiárido fez, que foi o Progerir, um projeto do Banco Mundial, de onde constava o chamado Canal da Integração, uma vez que ele visa integrar a água, o solo, a energia e a estrada. Vocês têm estrada com produção; energia com transformador; e tem água onde há solo. Só se consegue casar esse processo harmônico se se fizer esse canal de integração.

Vocês notam que esse canal passa por essa primeira mancha verde, pela segunda mancha verde e pela terceira mancha verde. A gente tem que conduzir a água para as manchas verdes.

Aquele ali é o tabuleiro de Russas; ali, mais à frente, é a mancha de Morada Nova e Roldão; e, ainda mais à frente, outra mancha de solo.

É assim que o Nordeste está começando a descobrir sua verdadeira vocação, ou seja, transferindo água para as regiões de solos irrigáveis.



Então, essa é a grande questão que eu queria apresentar, porque é conceitual básica. Sem essa visão básico do Semiárido, a gente não consegue planejar políticas públicas corretamente.

Próximo, por favor.

Essa aí é a teoria do açude. Os árabes foram os primeiros povos, depois que transferiram a biblioteca de Alexandria, dos gregos, que descobriram que a evaporação não é proporcional ao volume. A evaporação é proporcional à superfície do copo. Então, o que é o açude no Semiárido? E "açude" é uma invenção árabe, uma palavra árabe, com cedilha, de origem árabe. O açude é um copo fundo que guarda a água da chuva numa bacia rasa.

Do lado esquerdo, essa bacia rasa. Se você deixar a água nessa bacia rasa, a evaporação leva a água de todo o Semiárido, porque evapora três vezes o que chove. Chove 700 milímetros e evapora 2100 milímetros. Então, com cerca de dois meses, não havia mais água no Semiárido. Então, você tinha que fazer uma síntese hidrológica: guardar num copo fundo a água que chove numa bacia rasa. Essa é a teoria do açude, uma vez que a evaporação é proporcional à superfície do copo. que é muito menor e se perde menos.

Esse milagre sintético da hidrologia do Semiárido, que vem de 32, quando Aguiar organizou a primeira síntese hidrológica... Nós fomos até pioneiros. A USP veio fazer a hidrologia do Estado nos anos 50 com a Light. O Semiárido fez a sua hidrologia nos anos 30 com o Denocs, com a Inspetoria, com a Universidade de Stanford. O Semiárido, felizmente, tem uma boa origem: é filho da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Foi a Universidade de Stanford que criou o Denocs, cujo primeiro diretor foi Arrojado Lisboa, um ex-aluno. O Reitor daquela universidade foi quem organizou; os primeiros técnicos que vieram de Stanford; e a primeira síntese hidrológica veio de Stanford. Essa que é a grande pedida. Por isso é que nós desenvolvemos essa civilização na seca, exatamente baseada na teoria do açude.

Eu queria passar ao próximo, por favor.

Nós precisamos fazer uma boa gestão da água no açude. Se a gente deixar água no açude – ali, mais à esquerda –, ele fica com um espelho muito grande e se perde muito mais água por evaporação. Se a gente usar – ali, aquela franja verde, que esta do lado direito... Aquilo representa a gente tirando água do açude para irrigar. Se usarmos um quarto do volume de açude para irrigação, o espelho diminui e a gente perde muito menos. Essa é a chamada sinergia de que tanto se fala por aí. Esse termo "sinergia" quer dizer o seguinte: como gerenciar uma barragem de forma que ela evapore menos e perca muita água?

O açude é um triângulo que sangra, evapora e guarda água, liberando-a de modo regular. Então, a gente tem que equilibrar esses três fatores: evaporação, sangria e regularização.

Sobre qual o segredo de como gerenciar uma barragem no Semiárido, começa agora uma nova discussão com a transposição do São Francisco, muito embora seja uma discussão antiga, que vem desde a síntese de



32, que a gente já sabia, mas é agora é que a gente está conseguindo operar. Então, vou explicar o porquê que melhorou agora a situação do Semiárido.

Pode passar ao próximo, por favor.

Aí é mostrando uma galeria liberando água de um açude.

Esse é o triângulo clássico do Semiárido. É uma tese desenvolvida na Austrália por um cearense, Professor Campos, que demonstrou que 30% sangra, 21% evapora e a gente consegue regularizar 32%, podendo reservar 17%. Essa é uma operação que existe hoje. Então, a gente não consegue escapar de sangrar a água que vai para o mar, não consegue escapar de evaporar, ou seja, a água que vai embora por conta do sol, a água que o sol bebe; e regulariza menos. Às vezes, há casos em que só se regulariza um terço ou menos de um terço, evaporando também um terço.

Esse triângulo é variável; depende do açude e da conformação da bacia hidráulica. Por isso, é que temos que evoluir nessa gestão dos açudes.

Pode passar para o próximo.

Nesse ponto, a primeira vista, vou dar um exemplo com a indústria automobilística, porque ela tem um alcance maior, uma compreensão melhor. Um carro, para viajar só precisa de quatro pneus.

Você pode viajar muito bem com quatro pneus, mas você não viaja um percurso mais longo, com garantia e com segurança, se não tiver o sobressalente, o estepe.

Então, o que é isso? É uma explicação clara da transposição do Rio São Francisco. A transposição é o estepe; é o socorro hídrico da fronteira.

Você só consegue ter mais coragem de gerenciar o açude, usar a outra metade do copo se você tiver o estepe, o sobressalente. Não precisa de muita água, não; mas, quando se interliga um sistema permanente a um sistema intermitente, você ganha em gestão; você ganha em produção de água se você consegue interligar.

Então, o São Francisco, por menor que seja a vazão dele transferida... E digo isso porque há muita gente que pensa que nós vamos encher os açudes do Nordeste com bombeamento. Ninguém enche os açudes com bomba! Quem enche açude é chuva ainda, não é? As bombas vão servir para fazer esse estepe que está aí nesse carro. Quer dizer, basta esse estepe, que garante o abastecimento da água, porque ninguém pode deixar de mover a indústria e dar às pessoas água de beber, bem como aos animais. Assim, nós temos que ter essa segurança para poder o gerente da água ter mais coragem e audácia na sua gestão. É isso que eu quero mostrar na outra transparência.

Pode passar, por favor.

Bom; esse é o conceito básico, como elemento integrador; o eventualismo e a dispensação das ações.

Pode passar.

Ai temos um exemplo do canal da integração.

Esse é um açude caminhando. Muita gente não entende o que é o canal ligado a um açude. O canal é o açude caminhando 365 dias por ano. Em



lugar de você fazer só o açude... O Castanhão tem o açude do Castanhão, propriamente dito, e tem o canal da integração de Fortaleza a Pecém. Esse canal é o mesmo açude. Só que ele é o canal andando 365 dias por ano, que dizer, é um volume dinâmico; o outro é um volume estático. Se você guardar água no açude, você perde 30%; se você coloca no canal, você perde 2%. Assim, você sai de uma perda de 25% para 2%. Quando você coloca em um rio perenizado, você perde 10%. Já, quando você coloca em uma adutora, não perde nada, é zero; é água acondicionada dentro do tubo.

Então, qual é o papel do nordestino? É colocar água dos açudes dentro dos tubos, dentro das adutoras. Esse é o mais novo e poderoso instrumento de combate à seca no Semiárido: as adutoras, pois, se você coloca ali a água dos açudes, onde se perde 25% por evaporação, colocando nas adutoras, você não perde nada. Se colocar dentro dos canais, perde 2%.

Então, você tem que colocar água de uma forma... Porque a água é o paradigma do estado líquido. Não tem forma definida, mas tem volume constante. Então, você a coloca em uma forma geométrica para que ela evapore menos, que é o canal. Neste, com um baixo nível de alvoração e caminhando, você tem uma perda muito menor. Essa que é a maneira de usar.

Pode passar.

Bom; esse é um tabuleiro, aquela mancha de que eu falei tanto, isso é um pedaço do Cerrado do Nordeste. Vocês veem a homogeneidade da vegetação. A vegetação é filha do solo; o solo é filho da geologia. Então, vocês veem uma homogeneidade da geologia, do solo e da flora.

Ali é um ipê roxo com o caule muito linear, sinal de que é um solo profundo. Quando as árvores no Nordeste têm um caule muito linear, é um sinal de que o solo é profundo.

Ai, são os tabuleiros de São Braz, com 50 metros de profundidade. Essa mancha de solo fica vizinha ao Castanhola. Quer dizer, se o Nordeste conduzir a água para esses tabuleiros – e se veio a descobrir isso em 1960... Nós viemos a descobrir os tabuleiros em 1960. Se você ler o livro de José Guimarães Duque, o grande estudioso, *Solo e Água no Polígono das Secas*, verá que ele não premia os tabuleiros, porque ele não tinha a ideia de bombeamento, não tinha a ideia de Paulo Afonso. Quando Guimarães escreveu o livro, ele nunca pensou que haveria uma hidroelétrica no Nordeste. Ele nunca pensou que o bombeamento e a pressurização levaria água para tabuleiros de topografia altiplana e de solos arenosos. Então, ele colocou os tabuleiros em terceiro ou quarto plano quando, na verdade, hoje, eles estão em primeiro plano na irrigação do Semiárido.

Pode passar.

Isso é um pedaço da transposição. Eu mostro que esses eixos vermelhos vão passar por manchas verdes. Esses pequenos quadrados são manchas por onde passam os eixos da transposição.

Com o art. 26 da nova Lei de Irrigação... A nossa lei tinha um viés do Estatuto da Terra um tanto conservador que não permitia que o privado usasse a infraestrutura pública. Agora, com a política de águas, com uma lei mais moderna



– a Lei Nacional das Águas já admitia que o particular usasse a água pública mediante outorga e tarifa –, casou-se a irrigação, finalmente casou-se o art. 26 com a política de águas. Você, através do art. 26, pode usufruir da infraestrutura pública, pedindo outorga e, naturalmente, usando a água da infraestrutura pública para a irrigação privada. Isso melhorou muito, porque os canais do Semiárido, da transposição, vão passar vizinhos a essas manchas verdes, a esses quadradinhos, e vão poder irrigar através de outorga, sem precisar desapropriar. Até então, a política que vinha do Estatuto da Terra era a de desapropriar – isso vem desde Castelo Branco – os solos que estavam próximos da infraestrutura pública.

Esse é o eixo do Ceará, esse é um eixo real, que sai do Castanhão e corta essas manchas verdes. Só há sentido você colocar os canais de integração próximos às manchas verdes, caprichosamente fazendo esse bordado, de forma que o canal vá integrando o solo bom com a água, porque aí haverá aqueles quatro elementos que vão formar a produção do Semiárido.

Essa é uma integração do Maranhão. Coloquei isso à parte, porque muita gente não sabe que o Maranhão é semiárido, na região do Itapicuru. A bacia que abastece São Luís é semiárida, é um pedaço semiárido do Maranhão. Então, para essa região vizinha a Boa Esperança, há um projeto de integração para a Bacia do Itapicuru, a partir do Rio Parnaíba. Esse projeto caminha há quatro ou cinco anos, mas não andou ainda. Mas a integração é importante, porque essa região é semiárida e é responsável pelo abastecimento de São Luís.

Esse aí é um açude médio do Nordeste, são os açudes de terceira ordem. Devido à essa heterogeneidade, foi preciso muito tempo para discutir uma solução. O Semiárido fazia as barragens estratégicas nos rios de primeira e segunda ordem. O que é um rio de primeira ordem? É aquele rio que vai para o mar. O rio de segunda ordem é aquele afluente do rio que vai para o mar. Mas onde está a dificuldade que o Nordeste não tinha? Está na terceira ordem, no rio avô, aquele rio que é afluente do afluente do rio principal.

Foi assim que o Ceará e o Semiárido começaram a desenvolver um programa de terceira ordem. São os açudes médios, são aqueles açudes que ficam entre a cidade e a serra. O Ceará, por exemplo, fez 50 barragens pelo Banco Mundial nos chamados açudes médios e na mesobacia. É o riacho do navio. Aquela música de Luiz Gonzaga é inspiradora. Ele diz assim:

*Riacho do Navio
Corre pro Pajeú
O Rio Pajeú vai despejar
No São Francisco*

*O Rio São Francisco
Vai bater no meio do mar [...]*

Sem querer, Luiz Gonzaga definiu a terceira ordem hidrológica, que os engenheiros procuravam há tanto tempo e não descobriam, que era fazer o açude na mesobacia, no riacho do navio.



Então, hoje, nós estamos fazendo os açudes no riacho do navio. São os açudes que ficam perto das cidades, na serra, no Sertão, entre a serra e as primeiras cidades. Foi assim que a população ficou mais abastecida.

O carro-pipa, hoje, abastece 2% da população do Nordeste. Se você somar todos os carros-pipa da Defesa Civil e do Exército, multiplicar pelo volume de água e colocá-los trabalhando por dez horas por dia, isso dá um volume tão pequeno, que é um terço da vazão dessa barragem de Sítios Novos no Ceará. É um terço dessa vazão.

Então, o carro-pipa está para se aposentar. Se se fizer mais adutora... No Ceará, há uma região como, por exemplo, a de Ibiapaba, onde há 30 quilômetros de adutora por mil quilômetros de território. Não há carro-pipa, não há um carro-pipa nessa região, porque foi feita uma adutora grande, ramificada demais. Se você medir a extensão e dividi-la pelo território, você verá que há 30 quilômetros de adutora por mil quilômetros de território. Se o Ceará ou o Rio Grande do Norte – Sergipe apresenta o mais alto índice de adutora hoje –, se o Nordeste caminhar para colocar uma densidade de adutora dessa ordem de 30 quilômetros de adutora por mil quilômetros de território, o Semiárido vai aposentar o carro-pipa, porque a adutora é o instrumento mais poderoso para transferir água tratada de melhor qualidade dentro do Semiárido. E é o que se está fazendo. É um grande programa de adutora.

Acho que, agora, o grande programa do Nordeste é um programa de adutoras a partir das fontes desses açudes permanentes, dos estratégicos e dos canais de integração.

Essas são as habitações que havia antes no Semiárido, em locais inacessíveis no que diz respeito à água, nesses altos. Em geral, nas regiões cristalinas, não há água. Então, ali é muito difícil fazer adutoras, e para lá tem de ir carro-pipa. Então, quando você manejar esse pessoal... Estou dando um exemplo do que foi manejado na região. Se você vai construir uma barragem, você maneja as pessoas. Quando manejar pessoas no Nordeste, coloque-as perto da água e em solo bom. Não bote mais ninguém em solo ruim, no Semiárido, em cima de pedras. Quando manejar pessoas, bote-as perto da água e em solo bom.

Esse é um exemplo. Essa é uma agrovila do programa do Banco Mundial, é a Agrovila do Açude Sítios Novos. Todo mundo que estava morando na bacia hidráulica ou por ali foi transferido para um solo bom – você vê os cajueiros, o que é sinal de que é um podzólico – e para perto da água. Se você colocar as pessoas perto da água e em solo bom, onde se pode promover a agricultura, onde se pode ter uma fruteira, onde pode haver uma pequena unidade familiar produzindo, você vai fazer um grande benefício para os governantes do Semiárido. Você vai facilitar a vida do governo, porque você vai aproximar as pessoas da água e do bom solo. Não bote mais ninguém em cima de pedra! O que não falta no Semiárido é pobre e pedra, tudo vizinho um ao outro ali. É muito comum no Semiárido este binômio: pobre e pedra. Então, tem de tirar as pessoas dali e colocá-las numa região melhor.



Essa é a Agrovila do Açude Sítios Novos. Naturalmente, há umas 40 ou 50 agrovilas assim, que foram feitas com capricho, tirando pessoas de regiões...

Esses são programas do Banco Mundial, chamam-se Progerir e Proureb, dos anos 80.

Para terminar, eu queria mostrar a questão da irrigação. A irrigação é um grande programa de inclusão social. A irrigação é uma indústria sofisticada, seu produto é um ser vivo. Há quem pense que a irrigação foi feita para resolver só problema social, para combater a miséria. Não! O grande papel social da irrigação é que o custo do emprego é o mais barato, é de US\$6 mil. O custo do emprego na irrigação é de US\$6 mil; na piscicultura, é de US\$2 mil. O custo do emprego na petroquímica é de US\$220 mil. O custo do emprego na metalurgia é de US\$91 mil. No automobilismo já subiu e, inclusive, não é mais esse. Na agricultura tradicional... Na indústria automobilística, ele também ainda é muito alto. Qual é a grande vantagem da irrigação? É que ela tem um emprego barato, esse é o valor social.

Agora, nem por isso, você coloca a irrigação na mão de pessoas que não tenham preparo nem vocação para aquela atividade industrial, porque é uma indústria sofisticada, o produto é um ser vivo. Não se pode demorar, tem de se comercializar com muita rapidez. E tem de haver qualidade. Então, é uma indústria diferenciada da outra.

Para terminar, vou só mostrar mais dois quadros.

Só quero mostrar que a irrigação, mesmo com todas as mazelas – estou falando de uma irrigação que foi feita em cima de uma burocracia autoritária e que foi continuada com alguns erros, com alguns equívocos –, mesmo assim, melhorou o PIB na educação, o IDH, e aumentou a longevidade. Essa é uma pesquisa do Banco Mundial e da FAO. Você vê melhorias nos Municípios com irrigação. Nos Municípios com irrigação, você vê que o PIB melhorou bastante. Foi feita uma pesquisa em Petrolina e em Limoeiro, no Ceará, que mostra que onde há irrigação se vê uma melhoria crescente da atividade econômica.

O Brasil está muito atrasado. O índice era de 0,02 hectare por habitante na época em que foi feita essa pesquisa. Nós estamos atrás da maior parte dos países da América Latina. Só para atingir a Colômbia, em dez anos, a gente teria de irrigar 275 mil hectares por ano. Isso é um atraso grande.

Agora, com esse art. 26, com a nova Lei de Irrigação, casada com a política de águas, colocando o setor privado ao lado da infraestrutura de canais, acredito que a irrigação tende a crescer.

E, no Semiárido, é preciso colocar esse binômio que vai casar a água, a estrada, a energia e a produção.

Há mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Muito obrigado, então. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Dr. Hyperides Pereira de Macedo, por suas colocações.



Informo à Comissão que esta audiência pública é decorrente da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimentos de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa legislativa.

Lembro que os temas objeto desta audiência pública são da competência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e estão previstos no art. 104-B, incisos VII e X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu agradeço a explanação de todos.

Vou passar a palavra aos nossos Senadores.

Antes de passar a palavra ao Senador Ruben Figueiró, lembro que nós do Brasil temos 12% das reservas de água doce do Planeta. Essa é a grande riqueza do nosso País. Nós sabemos que, nos próximos anos, a água terá um valor muito maior que o de hoje.

E a natureza nos tem dado algumas surpresas. Neste ano, especialmente, choveu na Amazônia muito mais que nos outros anos, ou seja, batemos um recorde de chuva neste ano na Amazônia, exatamente no meu Estado de Rondônia, onde houve a maior cheia da história do nosso Estado.

Vimos pelos jornais, nesta semana, que houve também uma das maiores chuvas da história no Sul do País, no Paraná, em Santa Catarina. Não sei se isso ocorreu no Rio Grande do Sul também, mas, no Paraná, houve uma chuva torrencial nesses últimos dois dias, e várias cidades, já estruturadas há muitos anos, com infraestrutura, com estradas, estão isoladas em função de quebras de estradas e de pontes que caíram ou que estão prestes a cair também. É um evento da natureza que nos pegou de surpresa tanto na Região Amazônica quanto no Sul do País.

No Sudeste, há a seca trazendo falta de água ao Estado de São Paulo. É a natureza mostrando a sua eficiência e a sua importância na sua atuação.

Passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, minhas saudações a V. Ex^a, à eminente Senadora Ana Amélia, aos senhores palestrantes e a todos aqui presentes.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Dr. Hyperides Pereira de Macedo.

Gostei muito da explanação de V. S^a. É uma aula de quem conhece realmente a questão, sobretudo, da irrigação no Nordeste. Meus cumprimentos a V. S^a!

Eu gostaria também, cumprimentando pelo trabalho exposto aqui, de perguntar algo ao Dr. Cantídio Freitas Mundim Neto.

Eu sou de Mato Grosso do Sul. Meu Estado não tem muito problemas de água. Temos o Pantanal e temos rios cujas vertentes são de um volume expressivo, o que nos dá condição de certa tranquilidade. O problema, conforme já foi exposto aí, é de preocupar todos nós neste imenso Território do nosso País.



Especificamente com relação à exposição do Cantídio, S. S^a mencionou que, em Mato Grosso do Sul, existe um projeto para a implantação de um parque aquícola em Ilha Solteira, bem como em Mato Grosso, nas proximidades das margens do Rio Manso, e no Paraná, em Foz do Iguaçu.

Eu gostaria que V. S^a detalhasse melhor como serão esses parques aquícolas e quando eles serão implantados, porque ali, na transparência, pareceu-me apenas que é um projeto a ser realizado.

Com relação ao que disse o Dr. José Silvério da Silva, eu gostaria também, primeiro, de manifestar uma surpresa. No Centro-Oeste brasileiro, apenas em 16,7% dele existe projeto de irrigação. A potencialidade agrícola na nossa região é imensa, mas me parece que o tratamento do Ministério, do Governo, não está correspondendo a essa expectativa que nós podemos oferecer.

Foi mencionado, na transparência, que existem duas regiões no meu Estado propensas a isso ou já em processo de implantação de alguns sistemas. Um deles me parece estar nas proximidades do próprio Pantanal, que é o de São Francisco. Não se mencionou aí, mas eu o conheço pessoalmente. É uma obra de iniciativa particular, dentro do Pantanal, com recursos exclusivamente privados, que se dedica à rizicultura. O outro é um projeto na região da grande Dourados e também no leste do Estado, o que não foi considerado aqui. Esses projetos têm apoio oficial, mas, infelizmente, não estão dando certo. Há prejuízos imensos. E até sintomas de corrupção existem lá.

Eu gostaria que V. S^a desse algum esclarecimento a esse respeito. Quais são as providências que estão sendo tomadas para sanar essas dificuldades ou essas irregularidades que lá existem?

Outra coisa que me surpreendeu é a aplicação de recursos. Para a preocupação do Senador Acir Gurgacz, apenas R\$100 milhões foram aplicados no Norte do País, pela transparência feita aqui. Outras regiões foram altamente beneficiadas. Não vou citá-las aqui para não causar mais espanto de todos nós. Quero dizer que, na Região Centro-Oeste, foram aplicados tão somente R\$480 milhões, irrisórios em relação à aplicação, sobretudo, na área do Sudeste.

São essas as indagações, Sr. Presidente, que, brevemente, eu gostaria de fazer para melhor me esclarecer, afirmando, de antemão, que fiquei muito satisfeito com a exposição de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, para fazer suas colocações aos nossos convidados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Sr. Presidente Acir Gurgacz.

Eu queria cumprimentar os expositores, o Dr. Hyperides Pereira de Macedo, da CNA; o Dr. José Silvério da Silva, do Ministério da Agricultura; e o Dr. Cantídio Freitas Mundim Neto, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Eu também vou diretamente ao ponto.



Como não pude acompanhar toda a sua exposição, eu só rapidamente pergunto se algum projeto existe para o Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, na área específica que V. S^a está aqui representando no Ministério, que, aliás, tem sido muito bem tratada lá pelo Ministro Marcelo Crivella e, agora, pelo Ministro Eduardo Lopes. Então, eu queria apenas saber se há algum projeto relativo a isso.

Dr. Silvério da Silva, embora sempre se fale, como salientou o Dr. Hyperides, da questão do Nordeste e do Semiárido, o Rio Grande do Sul, lamentavelmente, está enfrentando também problemas de recorrência de seca. Em algumas regiões, está faltando água não só para a agricultura, mas também, especialmente nos centros urbanos, para o abastecimento da população, como é o caso de Bagé.

Eu queria saber também, nesse aspecto, se V. Ex^a pudesse me informar, quais projetos foram encaminhados pelo Governo do Estado em relação à irrigação, com o apoio do Ministério da Agricultura.

Faço uma observação. Hoje, o mundo – e aí me dirijo também ao Dr. Hyperides – está clamando muito quanto ao tal aquecimento global. Eu queria saber do senhor, que é um estudioso da matéria, se esse aquecimento global tem impactos imediatos, de curto prazo ou de longo prazo, sobre o Brasil, considerando que temos um pulmão, que é a Amazônia, tão cobiçada. Como isso se reflete aqui? Há muito terrorismo em relação ao assunto, ou, de fato, esse é um problema grave? Quais são as razões, em sua opinião, do tal aquecimento global?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Então, passamos a palavra ao Dr. Cantídio para responder aos nossos Senadores.

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Senador Ruben Figueiró, bom dia!

Em relação à pergunta que o senhor fez sobre os parques aquícolas que mostramos naquela lâmina, aquilo ali é ilustrativo. Estamos lançando projetos do Ministério. Nós temos, sim, projetos para parques aquícolas em Ilha Solteira que atendem três Estados: Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

No final do ano passado, foi lançada a licitação de áreas onerosas e não onerosas para atender a comunidade ribeirinha do reservatório e também os empresários. Noventa por cento dessas áreas dos parques aquícolas de Ilha Solteira são destinados às chamadas áreas não onerosas, para atender as comunidades carentes da região, em um processo de inclusão social. O Ministério vem priorizando essas ações ali.

Nós estamos trabalhando, sim, não só com o processo de implantação, mas também com o acompanhamento tanto da parte de capacitação desses futuros aquícultores como da extensão ao crédito, de possibilidade de gerar produtividade e inclusão social nessa região. Assim temos trabalhado.



Há outra coisa, Senador. O senhor viu que aquela calha é do Rio Paranapanema, não do Rio Iguaçu. Ali, sim, o Ministério tem feito vários projetos de implantação de parques aquícolas ao longo de seis reservatórios daquela calha do Rio Paranapanema, envolvendo principalmente as áreas não onerosas.

Nós, dentro do Ministério...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Permita-me aparteá-lo.

V. S^a falou do Rio Paranapanema?

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Da calha do Paranapanema.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Não. Lá é o Rio Parnaíba, que se junta ao Rio Grande e que forma o Rio Paraná. É onde está a Ilha Solteira.

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Sim, sim, senhor. Eu estou falando que o senhor viu na imagem o Rio Iguaçu. Na verdade, a calha que mostramos ali é do Rio Paranapanema. Mas Ilha Solteira é formada pelo Rio Grande e está na calha do Rio Paraná.

Nós temos projetos aquícolas lá, como eu falei, e estamos implantando os parques aquícolas nessa região. O Ministério tem priorizado ações para desenvolver a aquicultura entre as comunidades mais carentes ali. É o que chamamos de áreas não onerosas, que são cedidas gratuitamente à comunidade. E há outro tipo de ação no que tange às áreas onerosas, que, através de licitação, são distribuídas aos empresários.

Quando falei aqui da questão do Rio Paranapanema, eu disse que existe, na lâmina que foi mostrada, a calha que parece ser do Rio Iguaçu, mas que, na verdade, é a calha do Rio Paranapanema, que divide o Estado de São Paulo do Paraná. Ali, sim, existem várias hidrelétricas, e o Ministério tem feito projetos para fazer parques aquícolas nessa região e também a cessão de áreas onerosas, que são demandas espontâneas empresariais que fazem os projetos, que são levados ao Ministério. Nós os analisamos, nós os avaliamos, e, depois, é lançada a licitação para essa comunidade.

Há outra pergunta que o senhor fez em relação ao Rio Iguaçu.

Não temos nenhum reservatório, não estamos trabalhando em nenhum reservatório no Rio Iguaçu e, sim, nos reservatórios da calha do Paranapanema.

Respondendo à Senadora sobre os projetos aquícolas no Rio Grande do Sul...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Dr. Cantídio, por gentileza...

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Pois não, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – ...eu gostaria que o senhor informasse também com relação ao projeto do Parque do Rio Manso.



O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Ah, sim, Sr. Senador! Desculpa-me.

Quanto ao Rio Manso, no final de 2012, a gente conseguiu a questão do dominialidade do Rio Manso. Até então, existia uma dificuldade em saber se o reservatório do Rio Manso pertencia à União ou ao Estado, por ter sido um rio estadual. Mas a gente conseguiu avançar, e aí foi declarado pela SPU que o reservatório do Rio Manso era da União, uma vez que foram feitas obras com recursos da União para se construir o reservatório. A gente, em 2003, concluiu um estudo de implantação de parques aquícolas naquele reservatório, e, no final de 2003, pôde-se lançar a licitação para a cessão de parques aquícolas lá. Hoje, lá estão licitados oito parques aquícolas, com capacidade de produção de oito toneladas por ano.

Infelizmente, quando essa licitação estava concluída, houve um recurso de uma das pessoas ao TCU dizendo que o Ministério estava viabilizando o cultivo de peixes não permitido naquele reservatório. Atualmente, esse processo está sendo analisado pelo TCU, e a gente espera que, até o final do mês de julho, seja concluído esse processo, que a gente possa dar conclusão ao processo de cessão de áreas ali.

Em Rio Manso, há esses parques aquícolas. A predominância em cessão de áreas é de áreas não onerosas para a comunidade ribeirinha, principalmente para o pessoal atingido por barragens que reside naquela região lindeira ao reservatório.

Então, há a possibilidade de concluirmos esse processo e de fazermos a cessão das áreas até o final do ano para essas pessoas que participaram, no final de 2013, do processo licitatório.

A gente tem uma preocupação em relação a fazer a cessão neste ano por causa da questão eleitoral. Não sabemos se isso é possível ou não. Se isso não for possível, as pessoas que estão lá e que já participaram do processo deverão, no ano que vem, receber essas áreas.

Eu lhe respondi, Senador?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Era apenas isso. Obrigado.

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Em relação aos projetos do Rio Grande do Sul, Senadora, nós temos alguns estudos de levantamento de potencialidade de instalação de parques aquícolas nos reservatórios da calha do Rio Uruguai. O Ministério, recentemente, levantou isso, está privilegiando esses estudos. Eles estão levantando, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a possibilidade de fazer esses estudos, mas, no Rio Grande do Sul, a gente tem trabalhado mais em relação aos viveiros escavados, principalmente através de convênios com as prefeituras. Nós estamos trabalhando, agora, com algumas prefeituras do noroeste do Estado para implantar viveiros escavados naquelas propriedades rurais destinadas a pessoas de baixo poder aquisitivo, principalmente ao pessoal do Pronaf, da agricultura familiar. Então, a gente tem trabalhado, sim, no Rio Grande do Sul, com mais



efetividade, em relação aos viveiros escavados nas propriedades rurais das pessoas ligadas à agricultura familiar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – (*Fora do microfone.*)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Dr. Cantídio.

Passo a palavra ao Dr. Silvério da Silva e peço que seja bem objetivo em função do tempo.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Senador Ruben Figueiró, achei muito importante sua pergunta. Tive o cuidado de não entrar muito em detalhes na minha explanação, porque a agricultura irrigada perpassa transversalmente o Ministério da Integração, que é o responsável legal pela política nacional, e o Ministério do Meio Ambiente, através da Agência Nacional de Águas. Aqueles recursos que apresentei aqui são recursos do crédito rural, de adesão voluntária dos interessados. São recursos de crédito rural. O Ministério da Agricultura, formalmente, só trata da questão de crédito e de pesquisa no que tange à irrigação.

Mas o Ministério da Agricultura desenvolveu um esforço enorme para diminuir a taxa de juros. Em função disso, houve uma adesão muito grande, mas isso aconteceu de dois anos para cá. Quanto ao Centro-Oeste, com esse enorme potencial, esperamos que, nos próximos anos, a adesão seja maior.

Mas aqueles recursos dizem respeito, especificamente, à questão de recursos de crédito rural, sob o qual o Ministério tem governança, mas aquelas outras questões que o senhor mencionou, talvez, digam respeito ao Ministério da Integração.

Quero dizer, com relação ao Centro-Oeste, que, hoje, a região de Cristalina é a maior região irrigada da América do Sul. Então, o Centro-Oeste, nos próximos anos, em função da experiência de Cristalina, deverá ter um desenvolvimento muito satisfatório nessa questão da agricultura irrigada.

Sobre a pergunta da Senadora Ana Amélia, quero dizer que o Rio Grande do Sul está com uma iniciativa muito importante para o desenvolvimento da agricultura irrigada por meio do estabelecimento do Plano Diretor de Irrigação no Estado. Esse Plano Diretor vai cobrir todas as nuances que envolvem a agricultura irrigada. Eles têm um programa específico de agricultura irrigada. E, com essa redução da taxa de juros, acreditamos também que haverá um crescimento muito importante da agricultura irrigada nos Estados.

A questão da seca, que V. Exª muito bem mencionou, é um problema, é uma realidade. No Rio Grande do Sul, chove bem, mas é importante que se potencializem as reservas de água, através de açudes, de barragens etc.. Isso está previsto no Plano Diretor. Na verdade, o Ministério não tem governança, mas, através da interação com outros Ministérios, estamos sabendo dessas informações.



Então, o Rio Grande do Sul está muito bem nessa questão de agricultura irrigada, está se estruturando muito bem nessa questão. Esperamos que haja sucesso nesse empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Obrigado, Dr. Silvério.

Passo a palavra ao Dr. Hyperides Pereira de Macedo.

O SR. HYPERIDES PEREIRA DE MACEDO – Eu queria só dar uma palavrinha, porque, quando fui Secretário da Integração, no Governo Ciro Gomes e Pedro Brito – acho que, se o Nordeste aguenta três anos de seca, o Rio Grande do Sul não aguenta 90 dias, porque não tem reserva –, começamos um programa grande: Taquarembó, Jaguarão, Piraízinho, Bagé, Barra de Santa Maria. E considero Camaquã e Charqueira os melhores projetos de irrigação do Brasil.

Pela gestão, o Rio Grande do Sul é um Estado que parece a Califórnia. Lá o que é público é o que é da sociedade, não é o que é do Governo. E as cooperativas do Rio Grande do Sul, de Camaquã, são exemplo para a irrigação em todo o Brasil – até cheguei a escrever um artigo sobre essa questão.

Mas, respondendo sobre mudanças climáticas, quero dizer que participei, na Embrapa, no ano passado, de um seminário internacional. Saiu até uma publicação. Eu queria dizer o seguinte, só respondendo: não vejo o nordestino, pelo que falam, virar um pastor de ovelhas, não vejo o nordestino, com aquele cajado e com uma toalha no ombro, tangendo ovelhas. Pelo contrário, vejo o Nordeste melhorando o rebanho de caprinos, com alta tecnologia, com tecnologia cada vez melhor.

Por outro lado, uma vez, eu, curioso sobre essa questão da pesquisa, fiz um estudo dos últimos cem anos, do século XX, sobre meteorologia. E só fiz uma avaliação do tempo das estações mais antigas do Ministério da Agricultura, que são as estações do antigo serviço meteorológico, que foram montadas no século XX, em 1910, no começo da Inspetoria. Fazendo um estudo, vimos que, nos primeiros 50 anos do século XX, choveu menos nessas estações, variando no tempo, não no espaço. Nos primeiros 50 anos do século XX, a pluviosidade foi menor do que nos outros 50 anos do século XX. Com isso, fiquei pensando que essa questão da mudança climática é um assunto muito complexo para ser tratado assim, como se o Semiárido fosse a primeira região a virar um deserto.

Como eu disse, não vejo o nordestino virar pastor de ovelhas. Ele tem vocação para vaqueiro, porque ele é mameluco. Daqui a pouco, ele pode até substituir o cavalo pela motocicleta, mas como pastor de ovelhas não o vejo nunca!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Agradeço ao Dr. Hyperides.

Só para encerrar, Dr. Silvério: há alguma previsão de conclusão da transposição do Rio São Francisco? Peço que seja bem objetivo.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Senador, essa questão está na alçada do Ministério da Integração.



Vou ser muito breve.

Com relação à questão da transposição, quero dizer a vocês que transposição existe desde a época do primeiro imperador chinês, quando se fez uma transposição de mil quilômetros, porque existia um problema de logística em uma guerra que eles estavam travando na região, que hoje é o Vietnã. Então, transposição é uma técnica usada no mundo todinho.

Agora, é importante que, concomitantemente, seja trabalhada a revitalização de todos os cursos d'água.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Lá eles conseguiram concluir a transposição?

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Eles a fizeram há mil anos!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Quero só fazer um comparativo. Você está falando da China, e nós estamos no Rio São Francisco.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Não. O que quero é fazer uma analogia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– É que aqui as coisas não avançam, e elas lá acontecem.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Há uma demonização da questão da transposição, mas isso existe desde a época do primeiro imperador chinês. Era o que eu queria enfatizar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Ah, sim, a importância da transposição!

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Exato. Mas isso está sob a responsabilidade do Ministério da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Aliás, foi convidado e aqui não veio, não é, Marcelo? Não é isso? (*Pausa.*)

Foi convidado para tratar do crédito rural, não da transposição do São Francisco. Ah, muito bem! Saiu fora do problema, então. Nós vamos chegar lá. Aliás, vamos fazer uma diligência com os Senadores – a Senadora Ana Amélia está convidada, como também o Senador Figueiró – para irmos à obra da transposição do Rio São Francisco.

Desculpa-me, Dr. Silvério.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Não, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Então, não é responsabilidade do Mapa?

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Não, não o é. O Mapa trata só de crédito, de pesquisa e de assistência técnica, em articulação com o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem!

Eu agradeço a presença do Dr. Cantídio, do Dr. Silvério e do Dr. Hyperides.



Nós vamos, agora, para a segunda etapa de nossa audiência pública, para discutirmos crédito rural.

Eu peço para desfazermos as Mesas.

Muito obrigado, Dr. Silvério, por sua presença.

Agradeço ao Dr. Cantídio também.

Dr. Hyperides, muito obrigado por sua presença e pela aula que o senhor nos deu hoje em relação aos recursos hídricos da região semiárida.

Dr. Ruben Figueiró, vamos compor a Mesa, então?

Eu convido para compor a Mesa o Dr. Wilson Vaz de Araújo, do Mapa; o Dr. João Guadagnin, do MDA, já participante, com cadeira cativa em nossa Comissão – para nós, é uma honra recebê-lo novamente –; o Dr. Carlos Henrique Rosa, do Ministério de Integração; o Dr. Deoclécio Pereira de Souza, do Bacen; o Dr. Ernesto Pereira Galindo, do Ipea; e o Dr. Alexandre Câmara Bernardes, Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás.

Antes de iniciarmos nossas colocações, damos as boas-vindas aos nossos convidados!

Convido o Senador Ruben Figueiró para presidir os trabalhos, em função de S. Ex^a ser o Relator do requerimento.

Convido V. Ex^a para presidir esta reunião, que é de sua autoria. Peço, então, que V. Ex^a venha presidir os trabalhos, até porque a CPMI começará às 10h. Eu sou membro da CPMI, e já estão me chamando para fazer parte dos trabalhos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB - MS) – Como sou suplente daquela Comissão, com o maior prazer, posso presidir esta reunião em seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoría/PSDB - MS) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoría/PSDB - MS) – Cumprimentando todos os senhores que nos prestigiam nesta audiência pública, principalmente os que estão nesta Mesa dirigente, antes de iniciarmos a oitava dos eminentes senhores depoentes, eu gostaria apenas de fazer umas breves considerações a respeito do que esta Comissão está realizando, em cumprimento da Resolução nº 44, de 2013, e da responsabilidade da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Devo dizer que o Senado Federal, em observância das suas atribuições constitucionais e regimentais, procura participar de maneira assertiva das discussões e resoluções acerca dos distintos temas que compõem a agenda contemporânea. É certo que não estamos aqui inventando a roda ou descobrindo o Brasil. Como representantes de 26 Estados-Membros e do Distrito Federal no Parlamento, é nosso dever observar, analisar, criticar e controlar as ações do Governo Federal, prioritariamente em viés propositivo.

Como todos sabemos, o Banco Central do Brasil dispõe do Manual de Crédito Rural, documento que colige normas firmadas pelo Conselho Monetário



Nacional e aquelas divulgadas pelo próprio Banco Central relativas ao crédito rural. Todos os beneficiários e as instituições financeiras que atuam no setor, Sistema Nacional de Crédito Rural, devem submeter-se a essas normas. Além disso, os Ministérios e demais órgãos públicos afins propõem, estabelecem, executam um conjunto de políticas que buscam a consecução dos interesses maiores da sociedade. Contudo, em muitas ocasiões, a realidade não se revela como campo de desdobramento automático do que determina o ordenamento jurídico em suas distintas esferas. Daí a natureza basilar incontornável das instituições, como o Senado da República, no sentido de propugnar a eventual revisão de propósitos, a correção de rumos e a adequação das metas.

Permitam-me os senhores, enfim, elencar aqui os tópicos que serão abrangidos ao longo de nossas atividades nos próximos meses: primeiro, financiamento do crédito para agropecuária e agroindústria; a revisão do sistema de financiamento no setor sucroalcooleiro; o financiamento aos Municípios para possibilitar, na área rural, a substituição de pontes de madeira por pontes de concreto; e a reavaliação do programa para a construção e ampliação de armazéns nas propriedades rurais em que foi implantado.

Esses são os temas fundamentais que nortearão esta audiência pública, que tenho a honra, neste instante, de presidir.

Estão aqui presentes o Dr. Wilson Vaz de Araújo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; o Sr. João Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento, Proteção e Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do mesmo Ministério; o Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador de Prospecção e Análise de Fundos; o Sr. Deoclécio Pereira de Souza, Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro; o Sr. Ernesto Pereira Galindo, Técnico em Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos de Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea; o Sr. Alexandre Câmara Bernardes, Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás, Conselho Nacional de Agricultura; o Sr. Alexandre Luís Giehl, Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Minhas saudações a todos os senhores novamente.

Passo a palavra inicialmente... Acho que vamos começar pela esquerda.

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Como não, Dr. João? Seja V. S^a o primeiro.

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Primeiro, bom dia.

Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró, pela oportunidade e também pela preferência da apresentação. Nós temos uma reunião agora. Estão reunidos 13 agentes financeiros, companheiros do Banco Central, do Ministério da Fazenda, dos movimentos sociais. É uma reunião regular, que acontece a cada 45



dias, para se discutir justamente os assuntos que estão na pauta nesta Comissão, que é o aperfeiçoamento e o acompanhamento do crédito e o aperfeiçoamento da norma. Por isso, preciso participar da reunião e peço, então, esta prioridade.

A nossa palavra sobre o tema, primeiro, é para dizer que temos dentro do Governo uma integração muito forte dos vários Ministérios e do Banco Central, que atuam no crédito rural. O Brasil tem um modelo de gestão do crédito bastante ágil, interessante e que permite que quase que mensalmente, havendo necessidade e justificativa, se façam as alterações no normativo do crédito rural. O Conselho Monetário Nacional é que determina essas normas, e o Banco Central divulga isso, mas é uma construção coletiva do Ministério da Integração, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Fazenda, e o próprio Banco Central participa. Então, essa ação articulada produz bons resultados. Nós temos agilidade e proximidade com a realidade.

O outro detalhe é a interlocução tanto com a classe política – e esta Comissão é um exemplo disso, nós frequentemente estamos debatendo os temas aqui – quanto com os movimentos sociais. Particularmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolve um esforço bastante grande no sentido de ouvir e tentar contemplar as demandas, as necessidades da agricultura familiar nas normas, nos regulamentos que determinam o crédito rural para a agricultura familiar.

Há outro depoimento importante. Desde 2013 – antes também, mas seguramente desde janeiro de 2013 para cá –, nós temos um sistema de acompanhamento do crédito rural muito importante no Brasil, que é o Sicor – depois seguramente o Deoclécio vai falar sobre isso –, em que nós temos a informação, por Município, do número de contratos, do valor, do tipo de crédito que é feito, para quem foi feito, para qual finalidade, custeio, investimento agrícola ou pecuário, enfim, temos um detalhamento hoje da política muito importante. Isso permite que o acompanhamento seja feito em nível municipal, através da centralização dos dados que os bancos informam e transferem ao Banco Central, que publiciza, divulga essa informação, e todos podem fazer esse acompanhamento e essa gestão.

No caso do Pronaf, em breve. Nós esperamos até, quem sabe, em meados do próximo ano, talvez antes – depois o colega do Banco Central vai se referir a isso –, vamos ter inclusive a informação por linha e grupo. Para cada uma daquelas linhas do Pronaf, para cada grupo do Pronaf, nós deveremos ter a informação, por Município, de quantos contratos e do valor contratado. Isso vai permitir que os conselhos municipais de desenvolvimento rural, que a assistência técnica, que o sindicato dos trabalhadores rurais, que os movimentos sociais como um todo acompanhem a política em nível local. E, claro, no agregado, em nível do Estado e das regiões também.

Outro depoimento. O processo de recomposição e de renegociação de dívidas, que é uma das demandas muito fortes que tem a agricultura. Grandemente na agricultura familiar está resolvido. Nós temos várias leis e resoluções do Conselho Monetário tratando do tema. Particularmente para a



Região Norte, há pelo menos cinco resoluções em vigor tratando dessa temática, e também o sistema do Banco Central permite esse acompanhamento.

Quer dizer, nós temos uma ideia clara de quem são os agricultores que, por motivo que lhes foge ao controle, uma razão sobre a qual eles não têm controle, como clima ou dificuldade de mercado e tal, deixaram de pagar o financiamento. Essa informação também está disponível no *site* do Banco Central. Nós temos condições também de acompanhar isso e de nos anteciparmos aos problemas. Essa mecânica de gestão, de acompanhamento, essa base de dados existente hoje nos permite acompanhar com mais regularidade e qualidade aquilo que se faz aqui.

O que talvez nós precisemos para nos aperfeiçoarmos mais na política de crédito?

Crédito rural é, no Brasil, um crédito direcionado. Ele é destinado a uma atividade produtiva geradora de renda.

Nem sempre esse conceito está presente entre os tomadores de crédito e algumas lideranças. Nós precisamos, cada vez mais, informar que só se pode dar crédito quando aquela atividade que vai recebê-lo tem quase certeza de que vai ser produtiva.

Em algumas situações, e esse é um problema particularmente na agricultura familiar, ou por falta de informação, de capacitação, de assistência técnica ou porque os meios de produção não estão em nível adequado, como a qualidade do solo, a localização da propriedade, o acesso ao mercado, isso faz com que alguns tomadores de crédito tenham dificuldade em pagar. Isso ainda é um fator presente.

Registro que essa dificuldade é cada vez menor. Hoje a inadimplência no Pronaf se situa próxima de 2%. Quer dizer, dos tomadores de crédito rural dentro do Pronaf, que são cerca de dois milhões por ano, o número de agricultores que deixam de pagar o crédito é muito pequeno, mas nós precisamos ter uma noção de onde eles estão localizados. E isso, o sistema do Banco Central em breve vai nos fornecer, então nós teremos condições de, com bastante agilidade, agir nesses casos, tentando suprir deficiências como a de assistência técnica e eventualmente do tamanho do crédito tomado, da finalidade para a qual o crédito se destina, porque essa situação cria infelicidade, em primeiro lugar, para a família. Nenhum agricultor familiar gosta de ficar com dívidas. Em segundo, cria dificuldades para o próprio governo, porque, mais cedo ou mais tarde, essa situação de endividados acaba sendo resolvida por alguma medida de postergação de pagamento ou de perdão de dívida ou coisa do tipo.

Então, para que não fiquemos nessa situação, para que cheguemos, quem sabe, a 100% de adimplência, algumas ações estão sendo tomadas. Uma delas é a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Nós precisamos tornar o serviço de assistência técnica mais efetivo, com mais qualidade e mais presente, especialmente nas regiões mais pobres brasileiras.

Era isso.



Eu fico à disposição.

Só peço mil perdões, porque preciso me ausentar. Gostaria muito de ficar aqui, até porque esta é uma Mesa de qualidade. Os companheiros que estão aqui são grandes conhecedores do crédito rural brasileiro, têm uma larga história de contribuição à política pública e seguramente vão acrescentar dados e informações importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Agradeço ao Sr. João Guadagnin pela sua exposição. Realmente apresentou um panorama exato das atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário a respeito do financiamento.

V. S^a tem toda a liberdade, com o nosso respeito, de se retirar.

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Agora nós vamos dar preferência para...

Eu já havia convidado o Sr. Alexandre Luís Giehl.

V. S^a tem a palavra pelo prazo máximo de dez minutos.

O SR. ALEXANDRE LUÍS GIEHL – Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Bom dia ao Senador Ruben Figueiró. Agradeço o convite ao Ministério da Pesca e Aquicultura para estar presente nesta Mesa e debater esse tema que é tão importante para nós.

A apresentação já está na tela. É uma breve apresentação para nortear o nosso debate.

O Ministério da Pesca e Aquicultura lançou, em 2012, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

O Plano Safra, na verdade, é um conjunto. Quem é conhecedor do Plano Agrícola e Pecuário e do Plano Safra da Agricultura Familiar vai compreender bem que o Plano Safra da Pesca e Aquicultura nada mais é do que esse mesmo modelo de conjunto de políticas públicas aplicadas ao público da pesca e aquicultura.

O nosso Plano Safra é um conjunto de ações do Ministério da Pesca, juntando inclusive ações de outros Ministérios parceiros, direcionados ao setor pesqueiro, aquícola e que tem como objetivo central desenvolver esse setor, fomentar o desenvolvimento do setor, fomentar o aumento da produção de pescado, principalmente oriundo da aquicultura e, da mesma forma, o desenvolvimento do setor pesqueiro, a melhoria da qualidade de vida do público.

O volume total de recursos aplicados nesse plano é de aproximadamente 4 bilhões. Só que, diferentemente dos demais planos, que são em geral anuais e que seguem o ciclo agrícola, que é normalmente de julho de um ano a junho de outro ano, o Ministério lançou um plano bienal, até porque o ciclo inclusive das atividades pesqueiras e das atividades aquícolas é diferenciado. Então, nesse primeiro momento, a gente lançou um plano bienal que tem uma outra lógica, um pouquinho distinta nesse aspecto.



O Plano Safra, então, é destinado a pessoas físicas e jurídicas que trabalhem com a questão pesqueira e aquícola, tanto pequenos, médios e grandes produtores, assim como cooperativas e aquicultores familiares, pescadores artesanais, ao público que tem relação com toda a cadeia produtiva do pescado, seja produção primária, processamento, inclusive ações de comercialização.

Pode passar, por favor.

Como metas principais nesse período de 2012 a 2014, uma das metas centrais é o aumento da produção de pescado. No Brasil, em 2012, a produção aproximada de pescado é de cerca de 1,2 milhão de toneladas. Nossa expectativa é chegar a esse ano com pelo menos 2 milhões de toneladas, o que ainda é bastante modesto perto do potencial. A FAO estima que o potencial brasileiro seja de produzir aproximadamente 20 milhões de toneladas. Então, chegando a 2 milhões de toneladas, ainda estaremos produzindo cerca de 10% do potencial. Isso tratando de produção sustentável, sem que a gente comprometa os recursos hídricos, para fazer um gancho com o tema anteriormente discutido aqui. Sem que haja comprometimento dos recursos hídricos, a gente poderia chegar a 20 milhões de toneladas, mas a nossa expectativa é de pelo menos chegarmos aos 2 milhões ao término deste ano.

Também há previsão – isto já vem sendo feito – de simplificação do processo de licenciamento ambiental, de agilização desse processo para ampliar, para facilitar a implantação, principalmente da produção aquícola. A gente entende que o processo é bastante engessado e tem dificultado o avanço do setor. Claro que, quando a gente fala em simplificação, o que pretendemos é agilizar o processo, sem que com isso a gente tire garantias de qualidade da água que é utilizada.

Há outras ações mais específicas, como o apoio à construção de viveiros escavados; a reestruturação de unidades de produção de formas jovens, ou seja, dos alevinos, que são um dos insumos principais da aquicultura; o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

É uma cadeia produtiva que ainda demanda muita pesquisa. Ela é relativamente nova e tem um campo muito grande a ser desenvolvido. Fruto desse entendimento, há cerca de três anos, o Ministério da Pesca, em parceria com o MAPA, implantou a Embrapa Pesca e Aquicultura, que é uma unidade da Embrapa direcionada a esse tema, que tem como tema central desenvolver pesquisas na área de pesca e aquicultura.

Por fim, promover a assistência técnica e extensão pesqueira aquícola. Como meta, temos o atendimento a 120 mil famílias. E o Ministério, até por conta dessa meta e por conta do entendimento de que é fundamental que se garanta assistência técnica para os produtores, para os pescadores e aquicultores, tem participado dos debates da criação da Anater – Agência Nacional de Ater. Inclusive é um dos ministérios que compõem o Conselho de Administração dessa entidade, que, temos expectativa, vai trazer grandes avanços para a assistência técnica.

Próximo, por favor.



Em termos de histórico do crédito para a pesca e aquicultura. Nós saímos – dados de 2003 – de um volume de recursos total direcionado ao setor de aproximadamente 54 milhões para um montante de 484 milhões em 2013. Comparando isso com o crédito para os demais ramos da agricultura e da agropecuária, é bastante modesto ainda. Chegamos a aproximadamente 500 milhões, ou seja, menos de meio bilhão de recursos aplicados em 2013. Mas, se analisarmos de onde partimos, vemos que houve um avanço bastante significativo.

No final, vocês veem que a curva cai bastante, porque os últimos dados inseridos são de 2014, dados até abril de 2014, que obviamente ainda estão bastante aquém dos dados do ano passado por pegar um período de apenas quatro meses e um período em que normalmente há pouca aplicação de recurso. O período onde há maior aplicação é a partir de junho, julho, principalmente o segundo semestre.

A expectativa é a de que a gente ultrapasse com relativa segurança o montante dos 500 milhões aplicados em 2014. O total de recursos que o Plano Safra prevê, e em grande parte são recursos de crédito, é de 4 bilhões. Possivelmente a gente não vá atingir os 4 bilhões nesse período, mas há um avanço bastante significativo em relação aos períodos anteriores. Até 2013, o montante aplicado é de aproximadamente 1 bilhão. Somando os recursos de 2013, parte de 2012, já que o Plano Safra foi lançado em outubro de 2012, e alguns recursos que não estão contabilizados aqui ainda nesse gráfico, que são recursos de outras linhas.

Aqui a gente está contabilizando somente as linhas de crédito rural, administradas pelo Banco do Brasil, pelo Banco do Nordeste, pelo Banco da Amazônia, mas a gente tem outra linha, que é a Pró-Aquicultura, administrada pelo BNDES, que ainda não constam nesse gráfico. Somando-se esses recursos, a gente vai chegar ao montante de aproximadamente 1 bilhão, investido de outubro de 2012 até dezembro de 2013.

Próximo, por favor.

Aqui temos a distribuição dos recursos ao longo do ano. Comparando recursos de 2012, 2013 e 2014, a gente vê que há um pico de demanda principalmente de julho a dezembro, ou seja, no segundo semestre.

Próximo, por favor.

Aqui há uma distribuição de recursos pelos Estados.

Santa Catarina é o Estado com maior demanda de recursos de crédito rural – esses são recursos desse período de outubro de 2012 a abril de 2014 –, principalmente por ser o Estado que concentra a maior produção pesqueira do Brasil. Tem a maior frota pesqueira, tanto da pesca industrial quanto da pesca artesanal. E também tem uma grande concentração de aquicultores familiares. Os Estados da Região Sul, principalmente Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, este um pouquinho atrás, mas o Sul e o Sudeste concentram a maior demanda de crédito em termos de volume de recursos, principalmente para o perfil dos projetos.



Não consta nessa apresentação, mas se a gente fosse colocar um gráfico de número de contratos, a gente veria que a situação é um pouquinho distinta. Em termos de número de contratos, quem domina o cenário são os Estados da Região Norte, principalmente o Pará e o Amazonas. Nesse caso é pela concentração de pescadores artesanais nesses Estados.

O crédito demandado pelos pescadores artesanais normalmente é um crédito de montante menor, é um crédito de custeio. Em geral, as linhas do Pronaf B, o microcrédito do Pronaf. Então, temos quantitativos. Em termos de montante de recursos, ele é menos expressivo, mas, em termos de abrangência, a Região Norte e parte da Região Nordeste são mais expressivas.

Próximo, por favor.

Temos desafios e dificuldades que vimos enfrentando e que já foram detectadas nesse um ano e meio aproximadamente de execução desse Plano Safra.

Um dos primeiros desafios, que tem limitado o alcance maior desse plano, têm sido as garantias para financiamento, principalmente no caso da pesca. Há uma dificuldade muito grande dos pescadores em disponibilizar garantias para terem acesso ao crédito. Pelo perfil da atividade, pelas características da própria atividade em si, muitos pescadores sequer possuem propriedade rural, terra para dar em garantia ou outras propriedades. Então, isso, certamente, limita o acesso desse público.

Também o endividamento dos pescadores, especificamente desse público, dos pescadores. Para os senhores terem uma ideia, no ano de 2013, o índice de inadimplência foi de aproximadamente 10% no crédito acessado por esse público, fruto também de uma cultura ou da falta de cultura de acesso ao crédito. Historicamente, esse público tem sido excluído do crédito, por uma série de razões que não nos cabe detalhar aqui, mas isso criou uma cultura ou uma falta de cultura de lidar com recursos de crédito.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE LUÍS GIEHL – Então, como o João Guadagnin comentou anteriormente, há uma necessidade de que se aporte conhecimento para esse público.

As dificuldades inerentes à própria atividade pesqueira, como comentei anteriormente.

O restrito acesso à assistência técnica em extensão pesqueira também é um fator que limita o acesso ao crédito.

As questões relacionadas ao meio ambiente, aumento da produção e meio ambiente. Principalmente no caso da pesca, temos a necessidade de limitar, temos a necessidade de restringir o aumento do esforço de pesca, principalmente sobre os estoques pesqueiros já comprometidos. E, no caso da aquicultura, é a necessidade de agilizar os processos de licenciamento ambiental, que é uma exigência. Para qualquer tipo de acesso ao crédito, o aquicultor tem que ter licenciamento ambiental. Então, há uma necessidade de agilizar isso, que vem ainda um pouco limitando esse acesso.



Por fim, o acesso ao mercado, que ainda é uma dificuldade. Por se tratar de um produto altamente perecível e que demanda, em sua maioria, para acesso ao mercado, uma série de condições de infraestrutura, há certa carência nesse aspecto, que precisa ser melhor trabalhada.

Próximo, por favor.

Para concluir, o Ministério vem já discutindo e elaborando o novo plano, a nova versão do plano. Esse plano vem sendo monitorado constantemente para tentar corrigir os gargalos. Vem-se elaborando o novo plano, que deve ser lançado em junho ou julho de 2015, para que possamos sincronizar o Plano Safra da Pesca e Aquicultura com os demais planos agrícolas e pecuários. Então, a nossa expectativa é que haja uma sincronia, inclusive para facilitar o diálogo com os agentes financeiros.

Há perspectiva também de ampliação no acesso aos recursos, principalmente pelo aumento da demanda na aquicultura; pela resolução de alguns dos gargalos que aponte anteriormente, como a assistência técnica; e pelo aumento da demanda do crédito para a aquicultura. Como o Cantídio apresentou anteriormente, há uma série de parques aquícolas sendo instalados e que, certamente, demandarão um volume expressivo de crédito.

Há também expectativa de aumento e ampliação das taxas de produção. A aquicultura vem ampliando significativamente a produção, e, com esse aporte de crédito adicional, imaginamos que isso deva continuar.

O Ministério vem também estimulando o consumo, com campanhas de estímulo ao consumo para justamente absorver essa produção. Há um crescimento significativo do consumo nacional de pescado, o que, por sua vez, entende-se que vai demandar uma produção maior, o que, por sua vez, vai ter reflexos em uma demanda de crédito.

Com isso, há uma expectativa de se gerar um maior número de empregos, aumentar a renda e desenvolver a atividade produtiva.

Como foi apresentado aqui anteriormente, na apresentação anterior, a aquicultura, a piscicultura é uma das atividades com menor demanda de recursos por posto de trabalho gerado. Então, entendemos que todo recurso investido pelo Governo Federal, pelas políticas do Governo Federal, tem como retorno principal a geração de empregos, o aumento da economia, do volume de recursos que gira nessa cadeia produtiva, mas, principalmente, um aumento significativo no montante de empregos desse setor.

Próximo.

Bom, era isso.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Muito grato, Sr. Alexandre Luís Giehl, pela sua exposição muito esclarecedora.

Passo a palavra agora ao Dr. Wilson Vaz Araújo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura.

V. Sª tem dez minutos também, prorrogáveis por mais cinco.

Tem V. Sª a palavra.



O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Primeiramente, cumprimento-o pela iniciativa e por esse acompanhamento das políticas públicas, focado no crédito rural e, no primeiro momento, na agricultura irrigada.

Vi que vocês já fizeram um trabalho, um cronograma, até o final do ano, das ações que serão feitas em relação a isso.

Já adianto para o senhor que toda vez que o Ministério da Agricultura for convocado, aqui estaremos, com prazer, para discutir essas questões.

Segundo, em nome do Ministro Neri Geller, que também tem origem nesta Casa, é outro também que tem um carinho especial pelo Congresso, pela Câmara e pelo Senado, e pela equipe do Ministério como um todo também.

Ao público presente, na pessoa do Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Paraíba, um guerreiro, um lutador, um defensor na história do setor rural, cumprimento todos os demais, meus colegas de Mesa, colegas de Ministério; ali falou da agricultura irrigada, o Silvério, e os meus colegas de Banco Central.

Antes de entrar nos números propriamente ditos, quero só pedir ao Senador para falar um pouquinho, talvez uns quatro minutos, do processo pelo qual se constrói um plano safra. Às vezes, as pessoas veem os números que saem na imprensa, mas não sabem de que forma foram construídos. Na verdade, esse Plano Safra da Agricultura que está aí hoje, de 2014/2015, já é a 22ª edição. Desde 1991/1992, ainda no governo Collor de Mello, a gente vem trabalhando nesse modelo de plano safra e, a cada ano, aperfeiçoando a equipe que está lá, o Secretário de Política Agrícola, o Ministério, o Ministro.

Digo o seguinte: escuta-se muito falar que não há uma política agrícola de longo prazo. Na verdade, se se pegar este Plano Safra e se se debruçar sobre ele, você verá que há uma espinha dorsal ali que só vai sendo ajustada. O sustentáculo, do ponto de vista do apoio à comercialização, ao crédito, ao seguro, às ações públicas, está ali dentro, e você vai, a cada ano, ajustando à realidade da agricultura brasileira.

Os números também são expressivos, e tenho que dizer que não seria possível você construir um Plano Safra dessa magnitude se não tivéssemos as parcerias que temos. O processo começa com consulta ao segmento produtivo, às lideranças rurais, às organizações e cooperativas brasileiras, aos sindicatos, à Federação da Agricultura, à Confederação Nacional da Agricultura, à Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado, à Frente Parlamentar de Agricultura, ao cooperativismo, enfim, e fazemos também as discussões nos Estados. Antes de começar, no começo de dezembro, você faz reuniões localizadas nas diversas zonas de produção, e vai-se construindo isso.

Recebemos propostas. Este ano houve na ordem de 600 sugestões de aperfeiçoamento. É claro que muitas vêm em duplicidade, outras não são de aplicação no curto prazo, e algumas se consegue aplicar imediatamente.



Mas digo o seguinte: se não tivéssemos a parceria do Banco Central – Deoclécio que aqui está –, do Ministério da Fazenda, particularmente na Secretaria de Política Econômica e na Secretaria do Tesouro Nacional; da Casa Civil, na hora em que você está afunilando, quando há alguns impasses entre posições do Governo, a Casa Civil entra em jogo, em termos de harmonizar o que está sendo discutido; do sistema financeiro, que vão efetivamente fazer com que essas coisas aconteçam, então a gente anuncia o Plano Safra e, imediatamente, você já começa todo mês a fazer monitoramento disso, em que estão presentes o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, o Banco Central, o Ministério da Fazenda – que já mencionei, a Secretaria de Política Econômica e a Secretaria do Tesouro Nacional –, os bancos cooperativos, Sicredi e Bancoob, em que se vai monitorando como é que isso vai acontecendo. Vai aparecer aí na frente: R\$156,1 bilhões e mais R\$24 bilhões da agricultura familiar, do meu parceiro João Guadagnin, que já teve que se ausentar, e não há um tostão do Ministério da Agricultura. A fonte de financiamento é do próprio sistema financeiro. São depósitos à vista que nós todos temos um pouquinho lá. Esse depósito à vista gera exigibilidade bancária que vai financiar o crédito rural. É da poupança rural.

Muitos dos que estão aqui fazem essa poupança, e um percentual disso é, obrigatoriamente, destinado a financiar o rural. São os fundos constitucionais de financiamento, geridos pelo Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil que também entram nesse volume de recursos; os recursos do FAT, que são administrados e geridos pelo BNDES, que nos dão o sustentáculo dos diversos programas de investimento que se têm nesse montante de recursos. De maneira que é uma parceria. Foi uma construção que não está acontecendo agora e que vem sendo construída num período não tão curto. São 22 anos nesse modelo. Antes disso, já se tinha um trabalho.

Vou passar isso e vocês vão acompanhar.

E do que está aí dentro desse Plano Safra, temos a obrigação de esclarecer tudo, porque, na verdade, estamos na condução disso junto com o Secretário e com o Ministro Neri Geller. Temos a obrigação de tentar esclarecer o que, eventualmente, surgir de questionamento.

Você pode passar, por favor, amigo?

Bom, aí, porque você tem todo esse esforço por trás, quando você vê esse desempenho que tem a agricultura brasileira, seja internamente ou no mercado mundial, isso só dá estímulo para que nós continuemos a batalhar por políticas públicas cada vez mais ajustadas ao setor produtivo brasileiro.

Então, em diversos produtos, nós estamos em primeiro lugar na produção e em primeiro lugar na exportação, estamos em segundo em alguns na produção ou na exportação, mas em primeiro na produção ou na exportação... O leque de países com que hoje você tem transações comerciais de produtos agrícolas já passa de 145 países, e o montante de recursos envolvidos passa dos R\$100 bilhões. O grande responsável pelo saldo na balança comercial é, sem dúvida, o agronegócio. Isso só nos dá motivação para continuar batalhando por



políticas públicas mais adequadas e apropriadas à realidade da agricultura brasileira.

Por favor.

Esse aqui já foi mostrado pelo Silvério. É só o detalhe, são os dois últimos números. Parece-me que hoje está sendo anunciado um novo levantamento de safra da Conab. Parece-me que estava no calendário hoje pela manhã. Então, não sei exatamente se fechou nos 191,2 milhões de toneladas – aí são grãos, fibras e oleaginosas –, e 200 milhões de toneladas é a nossa projeção para o ano-safra 2014/2015, que começa a partir de julho/agosto.

Da mesma forma, a evolução da pecuária, da suinocultura, da avicultura e da bovinocultura. O destaque fica para a avicultura, que cresceu 70% de 2002 para cá.

Volte, por favor.

Como veem, a evolução mais tímida foi da pecuária de corte e, por isso, quem acompanhou viu que, nesse Plano Safra que está anunciado, as principais linhas de financiamento e as novidades estão direcionadas à pecuária de corte. As novidades que aparecem nesse Plano Safra estão indo ao encontro das demandas oriundas dos pecuaristas.

Pode passar, por favor.

Esse é o desempenho. Quando se fala de programação e acompanhamento do crédito, vocês podem ver que não temos errado muito nas nossas programações, considerando o que já mencionei: você não tem um tostão na fonte de recursos; você não tem um tostão – digo o Ministério da Agricultura – para equalizar os encargos financeiros em que esses recursos serão emprestados; você não tem o recurso também da subvenção ao seguro rural. Enfim, são agentes, são parceiros com quem você negocia cada número desses. Por isso a importância de você ter essa parceria.

O último número, R\$156 bilhões, é o que estamos projetando para esta safra. No ano passado, foram R\$136 bilhões, de julho a abril. Dos R\$136 bilhões que haviam anunciado, já foram efetivamente liberados R\$127, quer dizer, R\$128,6 bilhões...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Já está acabando? Nossa!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) –

V. S^a tem mais cinco minutos.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Está bom. Vamos lá.

Enfim, a primeira barra vermelha é o comparativo com o ano passado. Então, vem tudo numa crescente. E a Presidente da República, pelo quarto ano consecutivo, tem dito o seguinte: "Use os recursos. Se faltar, eu colocarei mais." Então, já aconteceu isto no ano passado, e, seguramente, neste, quando fecharmos maio, vamos passar dos R\$136 bilhões, mas deverá haver recursos disponíveis. Estou vendo o Mário falar: "Wilson, já vem você com esse monte de dinheiro aí e eu não vejo esses recursos nem passarem perto." *(Risos.)*

Próxima lâmina, por favor.



Aí é a agricultura do médio agricultor, que é prioridade nestes últimos anos também. Há o Pronaf, que já tem um programa todo dirigido a ele. E, na sequência, nós estamos trabalhando muito forte – é decisão de Governo – para fortalecer o médio agricultor.

Passe, por favor.

Aí está o grande número, que foi anunciado, no dia 19 de maio, pela Presidente da República e que representa um aumento de 14,7% em relação ao ano passado. O importante disso é que R\$132,6 bilhões mais R\$24 bilhões da agricultura familiar são emprestados a taxas de juros preferenciais. Na agricultura empresarial, em torno de 5,5% a 6,5%. Há umas taxas diferentes em alguns programas, mas esta é a linha: 5,5% a 6,5%. E na agricultura familiar varia de 1% a 3,5%. Portanto, são juros preferenciais. Praticamente tudo a juros reais negativos, considerando uma inflação da ordem de 6%. Então, são juros nominais. Juros reais são negativos para esse segmento da agropecuária.

Expectativa de 200 milhões de toneladas.

Passe, por favor.

Aí a distribuição daqueles mesmos recursos. A taxa controlada de custeio, de investimento. E está sempre crescendo de um ano para o outro. Neste ano você subiu os recursos, a taxas controladas, de R\$82 para R\$89 bilhões. De todo esse montante de recursos, R\$156 bilhões da agricultura empresarial, mais R\$24 bilhões da agricultura familiar, apenas R\$23 bilhões são a taxas livres, negociadas entre as partes. Portanto, a participação do Estado ou do Governo no processo é muito, muito significativa.

Passe, por favor.

As taxas de juros. Em linhas gerais, todas as taxas de juros da agricultura empresarial, seja de custeio, de investimento ou de comercialização, foram elevadas em um ponto percentual. O que era 4,5% foi para 5,5% e o que era 5,5% foi para 6,5%. E o último foi uma decisão da própria Presidente Dilma, que deu esta orientação: "Olha, embora a Selic tenha subido de 7,5% para 11%, [é o que está hoje, uma variação em torno de 47%], eu quero que as taxas de juros do crédito rural não passem de um ponto percentual." E na decisão final, na última taxa que ela reduziu, foi da penúltima linha ali, de capital de giro para cooperativa. No domingo, às vésperas do anúncio do Plano Safra, às 21 horas, ela falou: "Olha, esta taxa de juros eu quero em 7,5%." Até ali a proposta estava em 8%. Então, você vê como a participação da própria Presidente é bastante importante nesse processo.

Segue, por favor.

Custeio. Cada produtor rural pode financiar até R\$1,1 milhão por tomador, que, numa área de milho ou soja, seria alguma coisa em torno de 800 hectares, vamos dizer assim. Aumentou também 10% em relação ao ano passado, mais em função de variação de custo e um pouquinho de crescimento de área. Sem contar que, dependendo da prática que esse produtor utilizar, ele pode obter até 45% a mais de adicional nesse limite.

Passe, por favor.



Médio produtor rural. Passa de R\$600 mil para R\$660 mil por produtor e o montante de recurso direcionado para esse público passa de R\$11,2 bilhões para R\$16,6 bilhões.

Passe, por favor.

Aí eu já falei.

Pode passar.

Apoio à comercialização. Anuncia antes esse volume de recurso. Numa eventualidade de você ter dificuldade de comercialização e o preço de mercado não estar remunerador, também o Governo tem mecanismo e recurso para apoiar a comercialização no momento oportuno. É por meio desses mecanismos que você faz esses prêmios de escoamento de produto, movimentação de safra, aquisição de produtos do Governo Federal em regiões onde o preço esteja abaixo do preço mínimo, equalização do preço, como eu já mencionei.

(Soa a campanha.)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Já estamos bem pertinho do final.

Passe, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – V. Ex^a tem um tempo adicional, desde que, na safra próxima, aumente os recursos. *(Risos.)*

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Muito obrigado, Senador.

Nós já estamos bem próximos do fim.

Passe, por favor.

Há uma medida importante que eu acho que vale a pena ressaltar. Bom, o seguro rural. Por que nós repetimos o número de R\$700 milhões? Esse é um instrumento, talvez, sobre o qual a gente tem se debruçado e vamos nos debruçar para aperfeiçoá-lo mesmo, porque talvez seja esse que, no médio e no longo prazo, vai impedir que nós voltemos a ter algumas prorrogações de forma generalizada, como tivemos no passado, seja por adversidades climáticas, de perdas por adversidades climáticas, ou em função de um mercado não remunerador, vamos dizer assim. Mas a gente repetiu o valor do prêmio em 700 milhões. Isso é para subvencionar o prêmio do seguro rural. Por quê? Porque nós precisamos fazer alguns ajustes nos produtos que estão à disposição dos agricultores, precisamos dar uma melhorada, porque, em algumas regiões, a leitura é de que ele hoje não está sendo um benefício; ele está, na verdade, sendo mais um custo do que um benefício. Em outras regiões, não. Em regiões onde há frequentes perdas físicas de produto, enfim, ele tem realmente cumprido o seu papel. Mas em regiões de baixo risco ele tem se traduzido num custo. É claro que, em se falando de seguro agrícola, você tem que ter zonas de baixo risco para gerar massa de operações, de recursos para fazer frente onde você vai ter dificuldades e vai ter perdas acentuadas.

Então, nós repetimos o mesmo número com dois objetivos: rever as apólices de seguro e os produtos que estão à disposição dos agricultores e o



zoneamento agroclimatológico também, para dar uma ajustada nele e torná-lo mais aderente à realidade atual.

Passa, por favor.

Bom, fizemos algumas ações aí, de tirar uma obrigatoriedade que entraria em vigor agora primeiro de julho, jogando um pouquinho para frente, né?

Já falei disso aí, da revisão do zoneamento e também do aperfeiçoamento dos produtos.

Passa, por favor.

Esta aqui tem uma série de medidas, mas fiz questão de colocar apenas uma delas, que é a transferência da política de florestas plantadas para o Ministério da Agricultura. Isso foi uma decisão da Presidente da República, a partir de um trabalho feito pela SAE, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em articulação, claro, com o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, enfim, porque esse segmento, na verdade, estava meio solto na Esplanada em termos de onde vou negociar as minhas políticas, onde eu vou encaminhar as minhas demandas.

Aí ele ia ao Ministério do Meio Ambiente e era atendido em partes, ia à Agricultura e a gente não tinha condições de atendê-lo na sua plenitude. Então, a partir deste momento, de agora, deste ano-safra, a Presidência da República determinou, e está sendo concluído o ato legal para isto, a transferência das políticas relacionadas à floresta plantada para o Ministério da Agricultura. Então, é lá que eles vão encontrar o canal para encaminhar as suas demandas.

E há outras séries de ações, de ajustes que nós fizemos nos programas de investimento. Na agricultura irrigada, que foi o tema anterior a este aqui, nós fizemos uma adequação num programa que nós temos chamado Moderinfra de maneira a financiar... Aumentamos os recursos, aliás, triplicamos, de 1,3 bilhão para 2 bilhões ou para 6 bilhões, se for um crédito coletivo nessa linha, e admitimos o financiamento de... Isto para reservação de água. Eu fiquei até meio assim com esse termo porque nunca tinha ouvido falar em "reservação". A gente sempre fala em reservatório, em açude, mas parece que, tecnicamente, o termo é reservação de água... E também a estrutura de energia elétrica dentro da propriedade pode ser financiada nesse programa.

Tivemos ajustes nos programas de cooperativas.

O Moderfrota, que financia máquinas e equipamentos agrícolas, um programa específico para isso, volta também, é reativado agora.

Tem o PSI, que é um programa temporário, que financia máquinas e equipamentos agrícolas e...

(Soa a campanha.)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – ... o Moderfrota vai conviver com ele também nesse mesmo tempo.

De maneira que é isto. Nós agora estamos na fase de fazer isso acontecer mesmo, de fazer com que se repita o comportamento dos anos anteriores, de atingir o que a gente programou de recursos e, quem sabe, passar desse montante inclusive, porque nós temos sinais da Presidente da República de



que, se bater ali, mais recursos serão alocados. Quando se fala que mais recursos serão alocados, então, também o Tesouro está comprometido com isso.

Então, quer dizer, nós temos aí o apoio, a retaguarda do nosso Ministro Neri Geller, que é do setor, e todo mundo conhece o empenho que ele tem feito aí, da Presidente da República e deste Parlamento, que está cada vez mais próximo da gente na formulação dessas políticas. Eu me lembro de que, num passado não tão distante, esses Planos Safra eram feitos de uma forma quase que fechada. Você não podia deixar escapar uma versão de voto. Hoje o voto está quase indo para uma reunião do Conselho Monetário Nacional e o pessoal já sabe o que foi conversado, o que foi negociado.

Então, isto é muito bom. É um trabalho realmente feito com diversas parcerias.

Senador, é este o trabalho. A gente está à disposição. Sempre que o senhor precisar convocar, estaremos aqui, com prazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Meus cumprimentos ao senhor,

Dr. Wilson Vaz de Araújo, pela sua exposição, que não foi longa, porque apresentou um quadro expressivo das possibilidades que nós teremos na próxima safra. Os recursos foram realmente expressivos, mas ainda insuficientes para atender as necessidades do agronegócio, da agricultura e da pecuária do nosso País.

Eu gostaria apenas, antes de passar a palavra ao representante do setor privado – até agora só falou o setor público –, antes de passar a palavra ao Sr. Alexandre Câmara Bernardes, Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás, gostaria de fazer a V. S^a, Dr. Wilson, uma indagação.

O senhor mencionou que já se tem um levantamento do Plano Safra ou a definição do resultado da safra desse ano em 191 milhões de toneladas. Eu gostaria de saber se está computado aqui o produto da safrinha, sobretudo do milho e do sorgo, porque ela está na fase de colheita.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Nessa estimativa, até este momento... O fechamento, na verdade, dos levantamentos da Conab vão acontecer em julho e agosto. Ela fecha, vamos dizer assim, a safra 2013/2014, essa que está sendo colhida agora. Então, nesse levantamento está toda a produção da safrinha de milho, de sorgo, da safra de inverno inclusive, e de toda a safra de verão, de grãos, fibras e oleaginosas. Está tudo contemplado nesse levantamento.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – De 191 milhões?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Exatamente. Ainda tem um pedaço, por exemplo, que ainda é uma projeção e vai se confirmar lá para agosto.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Está esclarecido.



Com a palavra o Sr. Alexandre Câmara Bernardes.

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – Bom dia, Senador Ruben Figueiró, bom dia a todos os colegas, ao meu colega Mário, da Federação da Paraíba. A gente está sempre aqui, juntos, nessa luta constante.

Eu preparei uma pequena apresentação, de não mais que 150 transparências, viu, Presidente? Serei bem sucinto. E também quero dizer, do meu colega Wilson – a gente se vê há bastante tempo –, que, na realidade, essa parceria dos planos agrícolas e pecuários – comecei minha atividade na política agrícola em 2008, na então Associação de Produtores de Grãos do Município de Rio Verde –, e a gente vê que vem construindo isso há bastante tempo.

A gente fez alguns resumos bem rápidos – eu queria ser bem sucinto nessas colocações – só para a gente ver que, realmente, essa construção tem sido feita em consulta com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, com os órgãos de representação, e aí não distante a própria Federação do Estado de Goiás.

Próxima, por favor.

No ano de 2009/2010, propusemos R\$120 bilhões e fomos deferidos pelo Governo Federal com R\$92,5 bilhões, com uma taxa de juros, proposta, na época, de 5% ao ano e deferida em 6,75%. Isso mostram, também, para nós, o comprometimento de parte do Governo com o setor. Também tivemos as correções dos limites de crédito, que, salvo engano, eram da ordem de R\$400 mil, para R\$600 mil, e aí pudemos alterar a contratação desses produtores rurais.

Próximo, por gentileza.

Nós também, à época, a partir de 2009 – lembro-me bem de que, de 2005 a 2007, a gente ficou trabalhando na MP nº 432, depois transformada na Lei nº 11.775 –, com um volume do endividamento muito grande e uma possibilidade ou uma impossibilidade, à época, de alguns produtores acessarem um novo crédito. Isso é o grande preocupador. Por quê? Porque a atividade rural é cíclica, e, à medida que ela é cíclica, quando tenho algum tipo de problema de frustração de safra, eu não faço com que esse produtor entre em um programa em que ele não consiga acessar o seu novo crédito e, conseqüentemente, não acessando seu novo crédito, não consiga produzir, comprometendo exatamente os seus bens.

Então, nesse processo, a gente conseguiu a Resolução nº 3.499 que flexibilizou o *hedging* de crédito, e o crédito rural trabalha com riscos A, B, C e D, basicamente, e aí conseguimos flexibilizar e trouxemos à luz alguns produtores que já não estavam ou que estavam tolhidos de acesso ao crédito em função de anos anteriores.

Próxima, por gentileza.

Bom, também nos anos de 2009 e 2010 nós tivemos a revisão da Política de Garantia de Preços Mínimos, da PGPM, que foi um passo importante para o setor, que já há alguns anos não via nenhum tipo de correção. Vale ressaltar que isso beneficiou também alguns Estados, principalmente do Centro-Oeste, que, às vezes, necessitam de intervenção governamental, e nós técnicos da área sabemos muito bem que, quando a água bate na bunda, a gente tem que



pular. Desculpe-me, Senadora, a expressão chula. Mato Grosso tem um problema sério, assim como o Estado de Goiás, diferentemente dos outros Estados, problemas sérios de logística, o que prejudica a produção. E hoje a produção da cultura de milho migrou para o Centro-Oeste brasileiro, que é o maior *player*.

Bom, as correções do limite de crédito também foram feitas, a redução dos *spreads* bancários também foi acatada. Com isso, nós tivemos maior competitividade, principalmente no complexo máquinas, na aquisição de novas máquinas e produtos oriundos com relação às indústrias.

Próximo, por gentileza.

Bom, à época foram destinadas 273 milhões ao seguro rural, muito diferentemente do que nós hoje estamos assistindo, de 700 milhões. Então, é um avanço considerável de 2009 para hoje.

Também foram criados o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras e o Plano Nacional de Fertilizantes. Participei do lançamento nesse estudo lá na Confederação Nacional da Agricultura, que trazia um estudo completo sobre as cadeias de fertilizantes, defensivos e sementes do Brasil. Esse estudo está disponível aos senhores lá e mostra muito bem como se comporta esse mercado de produtos agrícolas no setor.

Próximo, por gentileza.

Bom, 2010/2011, também, novamente... A gente brinca – não é, Wilson? – que estamos trocando a página, mas tentando avançar um pouco no processo, o que é muito salutar, esse diálogo é muito salutar.

Bom, o volume de recursos, a CMA pediu novamente, e, para pedir, a gente tem que pedir muito. Pedimos R\$120 bilhões e fomos garantidos com 100.

Manteve-se a taxa de juros anterior, investimento também e também uma nova correção dos limites de crédito. A nossa proposta era de 800 milhões e fomos acatados com 650. Mas, de qualquer forma, avançamos um pouco mais.

Bom, foi criado o Pronamp. *A priori*, nos anos de 2010 e 2011 saíram os pilotos. Inclusive, lá na ponta, uma grande dificuldade foi o alongamento dessas operações de Pronamp, porque, quando o produtor faz a colheita de seu produto e leva o seu certificado de depósito agropecuário, ele consegue o alongamento dos vencimentos em até seis parcelas, no caso do milho, ou até quatro parcelas, salvo engano, no caso da soja. No caso do Pronamp, por questões legais, só são liberadas três parcelas.

Eu não sei se isso já foi corrigido, Wilson. Eu não sei como é que chegou a normativa na ponta, no agente financeiro, mas eu acredito que ele deve acompanhar os custos convencionais, os custos de grandes produtores. Também é uma proposta que vem de encontro, afinal de contas, o médio produtor não tinha um crédito até então preferencial. E esse crédito do Pronamp vem de acordo com as necessidades, uma vez que grande parte dos produtores rurais brasileiros do complexo grãos, fibras e sucroalcooleiro é de médios produtores rurais, que precisam, sim, ter taxas de juros um pouco mais diferenciadas.

Próxima.



Bom, no Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, com relação aos seguro rural, não foram anunciadas grandes mudanças, em função até das mudanças elencadas no Plano Agrícola anterior, 2009/2010, até porque tudo era muito cedo, tudo eram muito novo, principalmente com o seguro rural. As ferramentas ainda eram muito incipientes e, basicamente, quem se beneficiou desses créditos para o seguro rural em caso de sinistro foram os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, que, consequentemente, também já têm altos índices ou históricos catastróficos em função dessas atividades. Lá se diz que, a cada 4 anos, nós temos um ano de frustração de safra, diferentemente, um pouco, do Centro-Oeste brasileiro.

Foi criado um programa que foi muito bem visto aos olhos dos produtores, que é o Programa de Agricultura de Baixo Carbono. E aí, para trazer à luz, nós temos um volume muito grande de pastagens degradadas e possibilidade de integração entre lavoura e floresta. Patinou um pouco, em 2010/2011, em função da dificuldade de contratação, porque tudo era muito novo, tudo ainda era muito superficial. Está melhorando e pode melhorar ainda mais, e é uma das críticas que o setor faz ao Plano Agrícola e Pecuário 2014, anunciado recentemente.

Próximo, por favor.

Bom, 2011/2012 também, de forma semelhante, nós solicitamos um volume considerável e o Governo nos atendeu com um volume um tanto quanto próximo. As taxas de juros também foram mantidas e as correções e os limites de crédito também foram executados, assim desde o ano anterior.

Próximo, por gentileza.

Bom, o seguro rural também não foi corrigido, também foram anunciados novos recursos ao seguro, e eu destaco que esse é um dos programas mais importantes que a Confederação Nacional da Agricultura e que os setores organizados da sociedade têm buscado trazer ao debate. Então, já que esta Casa é uma casa de debates, o seguro rural é uma ferramenta anticíclica essencial ao trabalho dos produtores rurais...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – ... e também na safra 2011 e 2012 não foram corrigidos os preços mínimos.

Próximo, por favor.

Bom, 2011/12 e 2012/13, também com evolução dos recursos. Eu também não vou me ater a dados. Afinal de contas, o Wilson já foi muito perspicaz.

Próximo, por gentileza.

Bom, custeio e comercialização. De 2011 para 2012, nós tivemos uma redução da taxa de juros, o que nós vemos, ao contrário, no ano atual, no Plano Agrícola 2013/14. E com relação às questões do Programa ABC, também um incremento, uma redução na taxa de juros.

Próximo, por gentileza.



Bom, aumento do financiamento ao produtor rural para R\$800 mil por CPF. Então foi um ajuste dos limites de financiamento. Afinal de contas, os custos de produção também acompanham esses limites, e é por isso que a gente tem que lutar para esse aumento dos limites de financiamento. E esse valor, quando nós propusemos o aumento de R\$650 mil para R\$800 mil, foi um valor que nós consideramos, até então, próximo à realidade e à necessidade dos produtores.

Próximo, por gentileza.

A elevação das exigibilidades bancárias foi uma grande vitória, porque, à medida que você aumenta as exigibilidades bancárias, você consegue aplicar mais recursos diretamente à atividade agrícola, de 28% para 34%.

Próximo, por gentileza.

O Pronamp volta ao *status* de programa de carro-chefe, principalmente para a agricultura, para o médio produtor, e nós solicitamos aí, também, o incremento... Nossa proposta, de R\$600 para R\$500 mil, foi acatada parcialmente.

Próximo, por gentileza.

Programa de Retenção de Matrizes. Até então, a pecuária, que estava fora dessa negociação, volta a entrar nessa negociação. E aí nós temos que lembrar também a própria retenção de matrizes, o que se faz necessário para a manutenção da oferta, principalmente da carne bovina, uma vez que a carne bovina tem um ciclo médio a longo, que pode variar de 4 a 6 anos, dependendo da região de produção do Brasil.

Próximo, por gentileza.

No Proagro, há redução da taxa de adesão e a elevação do limite de cobertura. Também temos que lembrar que o Proagro é um programa do Banco Central – e o meu colega sabe disto muito melhor que eu –, não é seguro rural; são programas diferentes. O Proagro se comportou muito, no passado, como um tipo de subvenção ao seguro rural, mas ele não é seguro.

E a elevação do prêmio do seguro rural para R\$400 milhões.

Próximo, por gentileza.

Bom, 2013 e 2014 nós estamos encerrando agora, e aí com números favoráveis. Acredito que nós cheguemos, sim, a esse número de 191 milhões de toneladas colhidas nessa safra. Tivemos alguns problemas pontuais, principalmente no Estado de Goiás, no sudoeste goiano, em função da seca, mas isso não é tão prejudicial no âmbito nacional.

Os recursos também foram ampliados, como nas safras anteriores. Então esta construção é contígua.

Próximo, por gentileza.

Próxima lâmina, por gentileza.

Os instrumentos e as linhas de crédito também sem muita variação de um ano para o outro. Ou seja, uma manutenção de uma política austera nesse processo.

Próximo, por gentileza.



Custeio e comercialização. Elevação dos limites, na comercialização, para R\$2 milhões e, de custeio, para R\$1 milhão, com sobreteto de até 45% naquele produtor que tem boas práticas de conservação. Isto é um fato muito positivo. Afinal de contas, a gente consegue elencar um recurso maior para esse produtor rural.

Próximo, por gentileza.

O PCA surge aí como aplicação de recursos. E aí eu chamo a atenção dos senhores: é uma linha de crédito importante para o produtor, principalmente para o produtor e para a armazenagem em nível de fazenda, o que pode conferir um poder de barganha na comercialização dos produtos agropecuários oriundos do complexo grão a esse produtor. O grande problema aí é que nós estamos esbarrando principalmente nas licenças ambientais para a liberação desses estabelecimentos agropecuários, para a sua utilização, e também há problemas de infraestrutura básica, como a falta de carga de rede de energia elétrica em alguns setores. Vejam os senhores: no Estado de Goiás, uma boa lamparina está sendo muito mais eficiente, porque estamos com problemas sérios de carga de rede na Celg e de manutenção. Vidas já foram ceifadas em função disso.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Tem V. S^a a palavra pelo tempo necessário.

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – Ok.

Próxima, por gentileza.

Esse PCA nos chama a atenção exatamente porque é um programa que vai conferir competitividade aos produtores rurais, porque aumenta o poder de barganha e diminui a necessidade de estocagem.

E aqui eu vou fazer uma pequena brincadeira, porque hoje grande parte da nossa safra é estocada sob caminhões. Então diminui essa necessidade de estocagem lá no Porto de Paranaguá e diminui essa capacidade de logística, agilizando todo o processo de comercialização, lembrando que esse processo de comercialização vem vinculado a atividades tanto no âmbito privado quando no âmbito público. E aí nós temos os derivativos agropecuários, que podem também otimizar esses processos.

Bom, os limites de crédito no PCA também são satisfatórios, conferem um bom poder de barganha ao produtor, lembrando que nós temos que verificar, também no PCA, a questão relativa às taxas de juros, porque o juro é o aluguel que se paga pelo dinheiro e as taxas médias de rentabilidade da atividade de armazenagem não são tão compensadoras. Porém, a gente vê com bons olhos, sim, esse programa.

Próximo, por gentileza.

O Moderinfra também é importante. Nós tivemos, na audiência anterior... Eu não vou me alongar nesse programa, mas a importância dele para



os Estados do Centro-Oeste é bastante significativa. Afinal de contas, a irrigação... Apesar de Cristalina, aqui do lado, ser a maior área irrigada da América do Sul, a irrigação, de uma forma geral, nos Estados do Centro-Oeste, ainda deixa muito a desejar.

Políticas específicas no Sul e no Sudeste também podem ser implementadas. A gente vê, sim, uma vocação muito grande do Nordeste. Não que não precise; na realidade, os Estados nordestinos são os que mais sofrem com a seca.

Próximo, por gentileza.

Estamos vendo um declínio desse PSI para a safra 2013/2014, mas o Wilson foi muito feliz ao colocar aí o nosso querido Moderfrota retornando aí. Nós temos que lembrar que o Brasil passou um período muito grande sem investimento em infraestrutura e sem investimento em máquinas. Daí a importância da manutenção desses programas de investimentos agropecuários, principalmente da modernização da nossa agricultura. Nossa agricultura é uma atividade que ganha em escala e que tem economias de escala, e, à medida que eu técnico esse produtor, eu vou ganhando as escalas de produção e, consequentemente, conseguindo agregar, teoricamente, não na prática, maior renda a esse produtor.

Próximo, por gentileza.

Não vou me alongar no Pronamp. Afinal de contas, esse aí é a grande vedete do Plano Agrícola e Pecuário, não é, Wilson? Acho que ele é um programa de excelente qualidade e voltado exatamente a um público específico, aos nossos produtores rurais.

Próximo, por gentileza.

No Programa ABC, as liberações têm sido cada vez mais rápidas, mas ainda mostram alguma lentidão, principalmente pelo agente financeiro, pelo agente financiador, que opera a linha de crédito. E ele tem de estabelecer, porque há alguns critérios, principalmente, que estão vinculados a algumas áreas internacionais do crédito, porque ele é vinculado a um crédito estatal e também a um crédito, salvo engano, com o governo da Grã-Bretanha. Não é isso?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Perdão. O Programa ABC, não. Agora, o Plano ABC, que está por cima, tem alguns convênios com organismos internacionais, mas é infinitamente menor, menor que tudo que há aí dentro. Em termos de recursos, de apoio...

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – O que nós estamos precisando mesmo, Wilson, é acelerar um pouquinho as análises – já vou lhe mandar um recado: as análises dos projetos em si –, apesar de já ter melhorado desde o início.

Próximo, por gentileza.

Subvenção a seguro rural, que é a questão a que eu gostaria de chegar – só para concluir, Sr. Presidente. O seguro rural é um grande instrumento de mitigação de risco. Na realidade, os três instrumentos de mitigação de risco que há no crédito rural são os contratos de *hedge*, amplamente praticados,



principalmente pelas *traders* e pelos grandes produtores; os contratos de opção; e o seguro rural.

O seguro rural vem a ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – ... o grande anticíclico do processo. E nós temos de lutar exatamente para que nós passemos a aperfeiçoar esse processo. Já houve algum aperfeiçoamento nessa safra que vai ser contratada, e boa parte dessa safra já foi contratada pelos agentes financeiros. Nós ainda temos de trabalhar com outros instrumentos e nós temos de trabalhar principalmente com instrumentos que garantam renda. O seguro rural, assim como outros instrumentos, tem de garantir renda do produtor. Por exemplo, se eu for fazer um seguro do meu automóvel, posso fazer um seguro tabela Fipe ou posso fazer um seguro por valor determinado e vou negociar esse prêmio. Isso não é possível ainda com um prêmio pagável pelo produtor rural. Vemos que a subvenção do seguro rural é salutar, e não há como trabalhar com agropecuária sem nenhum tipo de subvenção. E o Brasil é um dos países que têm o menor índice de subvenção econômica para a atividade agrícola.

De forma que nós da Confederação Nacional da Agricultura e da Federação da Agricultura do Estado de Goiás estamos lutando para a melhoria e ampliação deste mecanismo, que é o mecanismo de sustentação econômica do seguro rural.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Meus cumprimentos, Sr. Alexandre Bernardes, pela sua exposição, que me pareceu muito substantiva.

Eu gostaria apenas de dizer a V. S^a e a todos os presentes que me impressionou bastante esse Programa ABC. Em meu Estado, Mato Grosso do Sul, há aproximadamente 10 milhões de hectares de terras degradadas que precisam ser recuperadas, ainda que o Sr. José Silvério da Silva, do Ministério da Agricultura, com entusiasmo, tenha dito que nós não estamos devastando as nossas florestas, porque estamos utilizando as terras de Cerrado e de Campos que nós temos ainda à disposição. Porém, nós aumentaríamos muito mais se tivéssemos oportunidade, dentro desse Programa ABC, de recuperar as terras degradadas. Eu achei muito importante a ênfase que o senhor deu a essa questão.

Eu passaria a palavra agora, neste bate-bola que nós estamos fazendo, ao Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador-Geral de Prospecção e Análises de Fundos do Ministério da Integração.

Tem V. S^a a palavra pelo tempo regimental, mas, como ele já foi extravasado aqui, V. S^a falará pelo tempo necessário.

O SR. CARLOS HENRIQUE ROSA – Muito obrigado, Senador.

Quero cumprimentar aqui os demais colegas da Mesa e o público presente e dar o meu muito bom-dia.



Em primeiro lugar, eu gostaria de justificar a ausência do Ministro Francisco Teixeira. Ele estaria hoje com os senhores, mas, em função das fortes chuvas que atingem a Região Sul, ele teve que se deslocar ontem à noite, de última hora, para o Estado do Paraná. Então, deixo aqui registrado o pedido de desculpas do nosso Ministro.

Eu fui avisado ontem à noite de que participaria desta reunião e, infelizmente, não pude preparar uma apresentação adequada para o evento de hoje, mas eu farei uma breve explanação sobre um dos instrumentos que nós administramos, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.

Esse é um Ministério bem robusto, que possui diversas áreas de atuação. Hoje, aqui, nós já falamos do Projeto de Integração da Bacia do São Francisco, popularmente conhecido como a transposição; falamos de irrigação; falamos de ações de defesa civil, mas outro foco de atuação do Ministério da Integração Nacional muito importante é o combate às desigualdades regionais.

E a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais à qual eu pertenço, onde eu trabalho, é responsável por administrar importantes instrumentos, importantes mecanismos de apoio ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando justamente o combate dessas desigualdades regionais, essas diferenças de renda entre as regiões do nosso País.

Eu vou focar a minha fala em um desses instrumentos, talvez o principal deles – se não o principal, o mais robusto –, que são os fundos constitucionais de financiamento.

Como o próprio nome diz, esses fundos foram criados no âmbito da Constituição de 1988 e regulamentados pela Lei nº 7.827, de 1989. Esses fundos foram criados com o objetivo de apoiar os setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, oferecendo condições de financiamento diferenciadas para apoiar principalmente os agricultores familiares, os mini e pequenos produtores rurais, mas também apoiar as micro e pequenas empresas, e, mais recentemente, os empreendedores individuais.

Esses fundos são administrados em conjunto pelo Ministério da Integração Nacional, a Superintendência de Desenvolvimento Regional – no caso, a Sudene, a Sudam e a Sudeco –; e os bancos regionais, os bancos administradores – o Banco da Amazônia, na Região Norte; o Banco do Brasil, na Região Centro-Oeste; e o Banco do Nordeste, na Região Centro-Oeste.

E quando menciono a Região Centro-Oeste, estou falando da área de abrangência da Sudene, que contempla não apenas os nove Municípios da Região Nordeste, mas também o norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como eu falei, esses fundos constitucionais procuram financiar a atividade produtiva, seja ela empresarial ou o nosso foco aqui de hoje, nesta reunião, de financiar atividades rurais.



É um recurso público, e, por falar em recurso público, tem, por obrigação legal, oferecer condições de financiamento bem diferenciadas, bem atraentes de qualquer crédito privado existente.

Dentre as condições de financiamento, nós podemos citar aqui a principal delas, que é a taxa de juros. Hoje, a taxa de juros é definida pelo Conselho Monetário Nacional, a partir de uma proposta do Ministério da Integração Nacional. E essa proposta pode diferenciar a taxa de juros por setor – se é atividade rural ou não –; por finalidade do financiamento – se é, por exemplo, investimento ou capital de giro e custeio isolado –; por porte do tomador – micro, pequeno, médio e grande –; e, por fim, segundo a localidade de atuação do empreendimento. Ou seja, nos Municípios, nas microrregiões mais carentes, mais pobres do País, esse fundo pode oferecer condições diferenciadas, taxas de juros mais baixas.

Hoje, a título de exemplo, a taxa de juros, no setor rural, varia de 4,5% a 6% ao ano, quando se trata de investimento – aí se inclui investimento associado ao custeio –, e, quando é atividade de custeio isolado, em torno de 10% ao ano.

As demais condições diferenciadas que esses fundos constitucionais oferecem dizem respeito aos limites de financiamento, prazos, enfim, a uma série de condições que estão descritas nas programações de financiamento.

Essas programações de financiamento estão num documento aprovado todo ano pelos conselhos deliberativos dessas superintendências. E nelas estão arroladas todas essas condições, que são amplamente discutidas não só no âmbito do Governo Federal.

Passam por um amplo processo de discussão não apenas com os Governos estaduais, mas também com a iniciativa privada dos Estados beneficiários. E talvez pelo fato de serem amplamente discutidos e propiciarem condições diferenciadas, esses fundos constitucionais nas regiões em que atuam são a principal fonte de recursos no que diz respeito ao crédito de fomento.

Ano a ano, esses recursos vêm crescendo, e, no ano passado, em 2013, atingimos a marca histórica de R\$23,5 bilhões aplicados nas três regiões, sendo que, desses recursos, R\$10,4 bilhões foram destinados ao setor rural. Grande parte desse volume de recursos é para financiar a agricultura familiar no âmbito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de que, mais cedo, o nosso colega do MDA aqui já tratou. Para 2014, há a previsão de se aplicar o mesmo volume de recursos: também cerca de R\$25 bilhões, um pouquinho mais, nas três regiões.

Só para dar uma noção da robustez desses recursos, hoje o patrimônio desses fundos que abrange tudo aquilo que está emprestado, financiado, na mão do setor privado, é pouco superior a R\$70 bilhões. É um volume expressivo e tem sido importante instrumento do Ministério da Integração Nacional no combate às desigualdades regionais.

Só para citar como exemplo – às vezes, muito se pondera e se questiona a questão da inadimplência –, a inadimplência finalizou o ano 2013 – eu



tenho aqui os dados – em torno de 3%, que é uma taxa considerada relativamente baixa quando analisamos outros créditos de fomento.

Enfim, senhores, como eu falei, era uma rápida explanação. Peço desculpas, mais uma vez, em nome do Ministro Francisco Teixeira, pela sua ausência.

Senador, quero agradecer o convite e dizer que estamos à disposição. Sempre que necessário, viremos a esta Casa para poder conversar sobre o que diz respeito ao crédito.

Muito obrigado. Muito obrigado a todos.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Saúdo a sua participação, Sr. Carlos Henrique Rosa, que foi muito eficiente para esclarecer as ações do Ministério da Integração.

Permito-me, já que o Sr. Carlos Rosa citou os fundos constitucionais, a fazer aqui um esclarecimento a V. S^{as} que muito me sensibiliza.

Eu fui Constituinte. Fui o autor da emenda que possibilitou a criação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – é de minha autoria. E eu me sinto muito feliz por ver o resultado dele. Hoje, inclusive, se ampliou. Além do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, há o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e essas coisas vão se ampliando. Essa é a ação do Parlamentar. O Parlamento brasileiro tem contribuído efetivamente para que um passo à frente o governo possa dar em favor da nossa comunidade. Eu registro esse fato, até de forma emocionada, porque uma das coisas que eu mais ansiava na minha ação político-parlamentar era que o governo estendesse as suas ações para o Centro-Oeste, lembrando inclusive o saudoso Presidente Getúlio Vargas, que voltou, pela primeira vez, os seus olhos para a nossa região. E hoje é essa a realidade que está possibilitando que o nosso PIB se mantenha nesse *status*, que realmente mostra o quanto o Brasil progrediu, graças à ação da agricultura e da pecuária. E o FCO foi muito importante como uma alavanca nesse processo.

Eu gostaria de convidar aqui o Sr. Antônio Pereira Borba, Presidente da Federação da Agricultura da Paraíba, se quiser fazer alguma manifestação a respeito.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Em primeiro lugar, Senador, agradeço este espaço, mas, se for possível, eu gostaria de ouvir primeiro o Banco Central para, depois, me pronunciar. Se for possível; se o senhor quiser, eu falo logo.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Então, vamos ouvir agora o banco que tem o dinheiro para atender as nossas reivindicações. Tem a palavra, portanto, o Dr. Deoclécio Pereira de Souza. *(Risos.)*

O SR. DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA – Bom dia, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Eu não vou estabelecer prazo, não, porque quem tem o dinheiro fala pelo tempo que desejar. *(Risos.)*



O SR. DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA – Bom dia, Senador Ruben Figueiró e demais membros da Mesa, colegas, senhoras e senhores presentes!

É uma satisfação estar aqui no Congresso representando o Banco Central. O convite foi dirigido ao Presidente Tombini ou a um representante, e eu fui escalado para esta conversa.

A minha conversa ficou bem facilitada depois que alguns colegas falaram, o Wilson, o Guadagnin, inclusive já se falou bastante sobre o sistema de que vamos falar.

Mas eu queria começar, Senador, falando de uma curiosidade. Muito já se falou aqui sobre fonte de recursos, dos fundos constitucionais. As principais fontes de recursos do crédito rural são as exigibilidades provenientes da poupança rural, mais de R\$60 bilhões. Nós temos recursos à vista, que são provenientes dos depósitos à vista na quase sua totalidade; recursos administrados pelo BNDES; fundos constitucionais, e por aí vai.

Mas a curiosidade que eu queria deixar aqui é que pouca gente sabe ou se deu conta de que, de cada R\$100,00 que nós todos aqui presentes deixamos no banco a título de depósito à vista, 34% vão para a agricultura nacional. Então, o nosso dinheiro que fica lá em depósito à vista não fica à disposição plena do banco; 34% vão compulsoriamente para o crédito rural. E o banco que não aplica, ou recolhe ou paga uma multa ao Banco Central. Isso é uma previsão legal. A Lei nº 4.829, que trata do crédito rural, permite que o Conselho Monetário estabeleça esses percentuais que, a partir de 2011/2012, foi elevado de 28% ou 27% – não me lembro bem – para 34%, e continua nesta safra 2014/2015.

Eu vou enfocar aqui mais o lado de controle de acompanhamento das operações do crédito rural como um todo.

O Senador já havia falado que o Banco Central tem o Manual de Crédito Rural, que está colocado no *site* do Banco Central, em que são consolidadas todas as normas sobre o crédito rural e as normas, também, sobre o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária. Mas também nós temos o dever legal de acompanhar todo o crédito rural, todas as operações de crédito rural concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional, melhor dizendo, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Então, eu queria colocar dois pontos para a gente discutir e, obviamente, ficar à disposição para os questionamentos que se seguirão.

Por favor.

Nós trabalhamos no Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro. É a unidade do Banco Central em que todas as questões que envolvem a parte do agronegócio, vamos assim dizer, estão concentradas. Nós temos um departamento com a estrutura de processo verticalizada.

Lembrou o Wilson aqui da parceria entre os ministérios e o Banco Central. Portanto, trabalhamos na regulação, ou seja, no nascimento, na criação



da norma. Nós também fazemos parte da supervisão; temos uma equipe que faz parte da supervisão bancária e temos o controle das operações do crédito rural e do Proagro. No caso do Proagro, nós administramos todo o fluxo financeiro, operacional, estatístico por conta do Banco Central.

Próximo.

Para o Semiárido brasileiro, eu providenciei duas ou três lâminas para a gente verificar quanto foi colocado de recurso naquela região. Temos, então, crédito rural de 2013/2014, o quantitativo. É importante dizer que o Semiárido brasileiro, na área de atuação da Sudene, é composto por 1.135 Municípios.

E esses créditos que aí estão foram destinados a esse conjunto do Semiárido composto, portanto, por 1.135 Municípios.

Então, temos aí um total por unidade da Federação e temos um total, em 2013, de R\$5,7 bilhões, que foram destinados ao Semiárido, pegando custeio, investimento e comercialização.

Em 2014, segundo dados de 31 de maio de 2014, esse valor está em R\$2,171 bilhões. Portanto, devemos, acredito, chegar aos R\$5 bilhões do ano passado ou, quem sabe, até passar um pouco.

Próximo, por favor.

Aqui, consegui segregar a parte destinada à irrigação. Refere-se apenas a investimentos destinados à irrigação, máquinas, equipamento, açudagem e por aí vai. Temos um volume relativamente pequeno, é um total de R\$301 milhões em 2013 e, em 2014, estamos apenas com R\$73 milhões destinados à irrigação no Semiárido brasileiro.

Próximo.

Não me vou deter aqui, porque é o mesmo dado, só que ele está aberto por custeio, investimento e comercialização. Essas lâminas ficarão à disposição e, portanto, aqueles que se interessarem poderão pegá-las. Há a mesma abertura por entidade da Federação e há os quantitativos por custeio, investimento e comercialização. Os totais que mencionei são os mesmos: R\$5,756 bilhões para 2013 e, para 2014, R\$2,171 bilhões, até 31 de maio de 2014.

Próximo.

Então, queria trazer essa informação do quanto foi destinado para o Semiárido, lembrando que – acho que o Guadagnin enfocou –, no ano passado, saiu pela primeira vez um plano agrícola, um plano safra destinado ao Semiárido brasileiro. E, neste ano, está sendo colocado pelo segundo ano um plano agrícola voltado, exclusivamente, para aquela região, composta por 1.135 Municípios.

Gostaria de trazer minhas informações e meus esclarecimentos mais sobre o controle que o Banco Central exerce sobre as operações de crédito rural.

Temos – o Guadagnin falou bastante sobre o Sicor – o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro. Esse é um sistema que está no ar, que entrou em vigor, precisamente, no dia 2 de janeiro de 2013. Ele é composto por 66 itens ou campos, dos quais, 47 são dados estáticos sobre o valor, identificação do Município, do produto e tudo mais; 8 campos são dinâmicos, que são exatamente



campos que trazem os saldos e também a situação da operação – vamos ver, com mais detalhes, essa questão –; e mais 11, que faltaram aí, campos complementares, que permitem, inclusive, consulta – os bancos podem consultar uma operação antes de conceder outra nova.

Esse sistema decorreu de uma demanda forte, Senador, inclusive – por favor, volte ao anterior –, do TCU.

É um trabalho que o Banco Central fez e tem muito orgulho de ter colocado esse sistema no ar. Envolveu todos os ministérios que cuidam da questão rural num primeiro momento e, depois, todos os agentes financeiros deste Brasil afora.

Para se ter uma ideia do porte desse programa, desse sistema, ele consumiu mais de 10 mil horas de TI – só de Tecnologia da Informação foram mais de 10 mil horas, com seis técnicos trabalhando *full time*, durante um ano de trabalho, além de todo o trabalho técnico de regra de negócio.

Ele tem, portanto, os campos dinâmicos, que compreendem os saldos e a situação das operações.

Próximo.

Qual é o objetivo do Sicor? Eu acho que tem muito a ver com o que a gente está discutindo aqui.

Os objetivos do Sicor são: efetuar o levantamento estatístico do crédito rural; evitar o paralelismo de assistência financeira, ou seja, o dinheiro é barato, é escasso, o cobertor é curto, então nós temos que fazer com que o crédito chegue ao maior número de produtores possível dentro das regras definidas, como lembrou o Wilson. A Presidenta e os ministros definem uma série de parâmetros, limites de crédito e tal. No caso, R\$1,1 milhão por produtor. Era R\$1 milhão no ano passado, foi R\$1,1 milhão este ano.

Um outro objetivo é possibilitar melhor acompanhamento das operações de crédito rural, para que a gente tenha efetivamente um retrato do que isso representa no Brasil afora; possibilitar o acompanhamento e o controle das operações do Proagro. O Proagro, lembrou o colega, efetivamente, não é um seguro, mas é como se um seguro fosse. E eu sempre costumo dizer que o Proagro, na verdade, nasceu não porque não existisse o seguro rural; é porque o seguro rural é muito complexo – isso, mundo afora, é verdade. Em 1973, quando se definiu a lei que criou o Proagro, a Lei nº 6.696 – salvo engano, em 1973 –, é exatamente porque nós não tínhamos naquele momento um seguro rural funcionando. E estávamos – o Senador deve ter acompanhado –, em 1973, na época do milagre econômico. Foi quando se desenvolveram os polos centro. O Mato Grosso deve muito ao crédito rural, por exemplo, as fronteiras; está certo?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – E o Mato Grosso do Sul.

O SR. DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA – O Mato Grosso do Sul também, e Goiás.



Então, naquela época, o governo lançou – eu acho – o polo Nordeste, o polo Centro-Oeste, vários programas de fundo; criou também a Embrapa e, salvo engano, a Embrater também foi criada na mesma época.

E o governo se perguntou: "Nós vamos incentivar o crédito rural, vamos expandir, vamos colocar assistência técnica, mas, afinal de contas, quem vai amparar esse dinheiro que a gente vai colocar?" Na época, não existia a expressão "mitigador de risco", como está em moda hoje e o seguro não funcionava. Existia a lei, a previsão legal, mas o seguro não funcionava. Aí tiveram a ideia de criar o Proagro para um mandato tampão, digamos, de alguns quatro ou cinco anos. Ele vai fazer quarenta anos de operação no ano que vem, em 2015. E ele vem cumprindo seu papel, hoje muito mais voltado para a agricultura familiar.

E eu também faço questão de ressaltar, porque já ouvi em alguns foros: "Ah, mas o seguro hoje não se desenvolve porque tem a concorrência do Proagro." Eu acho que há um engano muito rasteiro, está certo? Eu acho que as coisas são complementares. É só verificar qual é a área que o seguro e o Proagro juntos cobrem. Chega a ser ridícula, em termos de área agricultável, a área que está sendo financiada e quanto está contando com essa proteção. Então, há campo aí para o Proagro e para o seguro se desenvolverem com tranquilidade.

Bom, um outro fato importante, um outro objetivo importante do Sicor é incorporar informações e dados necessários ao acompanhamento da política de crédito rural brasileira. É isso que nós estamos fazendo aqui, é isso que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado está fazendo, com brilhantismo.

Também um outro ponto a destacar é agrupar informações e dados essenciais à gestão de políticas de seguro rural e do Proagro – exatamente programa de garantia –, e propiciar, aos órgãos federais responsáveis por essas políticas, o quê? Exatamente o retorno, a entrega, que são os relatórios, as informações detalhadas, para que se possam trabalhar efetivamente políticas públicas com mais segurança.

É muito complicado; o Wilson falou que já estamos no 22º plano agrícola. Eu lembro que, algum tempo atrás, quando a gente ia fazer um trabalho, um levantamento, a escassez de informação era tão grande que, às vezes, você tinha que montar um plano apenas por estimativa, já que não havia dados que pudessem ser, digamos, creditados, para levar à Presidência da República, para definir políticas com segurança.

Próximo.

O Sicor vai trazer – já está trazendo – uma novidade que efetivamente nunca antes foi observada em termos de crédito rural no País.

O dado dinâmico – os dados ou campos dinâmicos – dá a situação, a classificação das operações ao longo de sua vida útil. Por exemplo, nós começamos a enxergar, nesse sistema, se um conjunto de operações, digamos, de 100 mil operações contratadas, se está em primeiro estágio, que seria em curso original, o seu céu de brigadeiro; se ela está em atraso superior a 30 dias; se ela foi renegociada – há três tipos de renegociação –; se ela foi liquidada; se



ela foi desclassificada do crédito rural; se ela foi baixada em prejuízo; se ela foi excluída e, finalmente, se ela está em dívida ativa da União. Ou seja, eu estou louco para chegar o dia em que eu possa apresentar: "Olha, no ano de 2014, por exemplo, nós colocamos dois milhões e meio de operações e eis o retrato, segundo essa classificação." Torço para que 90% estejam em curso original, e o restante liquidado em condições de normalidade, sem que nenhum atropelo tenha acontecido na vida do produtor.

Mas o fato é que o sistema vai permitir que nós tenhamos, o governo, a sociedade, o Congresso, todos nós, informações com esse grau de sofisticação, mensalmente. Esse é um dado capitado mensalmente. Está certo?

Próximo.

Já falei, portanto, desse novo programa. Mas, em que momento nós nos encontramos, Senador?

Nós estamos na primeira fase: nós estamos fazendo e providenciando a primeira entrega do Sicor. Estamos, portanto, na fase de colocar os dados e as informações estatísticas no ar. Essa fase vai nos permitir, por exemplo, identificar os contratos por beneficiário, região, unidade da Federação, Município. No caso de custeio, da mesma forma, segmento bancário, instituições financeiras públicas e privadas, cooperativas. No caso de lavoura, também dentro da mesma linha e, inclusive, por sexo e região.

Quanto ao sexo, há um apelo muito forte, na agricultura familiar, do Pronaf Mulher. Isso veio, exatamente, para atender essa necessidade, introduzida no Sicor, por uma linha de crédito destinada... Lá, nós temos o Pronaf Jovem, o Pronaf Mulher. Então, esse campo se destina, exatamente, para conhecer o perfil de quais as mulheres que tomam crédito no Pronaf e onde, como também verificar aquela coisa, que todo mundo sabe, de que a mulher, em adimplência, é muito melhor do que o homem – pelo menos, é o que dizem. E nós vamos poder, portanto, testar essa informação.

Os três próximos passos que temos no Sicor é desenvolver a matriz sobre os dados dinâmicos, ou seja, conhecer exatamente os fluxos, os saldos efetivos com defasagem de 40 dias no máximo. Portanto, essas operações estão ativas e nada impede, se foram prorrogadas, se estão em curso normal, enfim, ter todo esse elenco de informação.

Um terceiro passo que está em construção é um sistema que será acoplado ao Sicor, das exigibilidades do crédito rural – aí estou falando da exigibilidade dos recursos à vista e da exigibilidade da poupança rural. Essas duas exigibilidades, para os senhores terem uma ideia, representam – não tenho o número correto e, de repente, o Wilson pode me auxiliar – mais de R\$120 bilhões para o crédito rural. Temos o Proagro, também, que vai rodar dentro desse sistema acoplado.

Então, nós temos ainda três etapas a serem concluídas e, aí sim, o Banco Central vai dizer: "Está entregue o produto que começou a ser operado em 2013 e está à disposição de toda sociedade."

E como eu vou conseguir extrair essas informações?



Na hora em que disponibilizarmos essa matriz de dados e informações no sistema, o usuário, pesquisador, o Senador, enfim, vai ser acessível e amigável. Ele definirá um filtro de preferência. Se ele quer, por exemplo, o Município de Patos de Minas – se houver algum mineiro aqui –, ele escolherá o que ele quer em Patos de Minas. Por exemplo, quer saber o que foi concebido para milho em Patos de Minas, quais foram os bancos que concederam o crédito nessa região.

Ele pode chegar, num segundo momento, e saber que operações, daquelas que foram para a mídia, estão adimplentes, inadimplentes, prorrogadas. Enfim, ele vai ter toda uma série de informações.

Quando o Banco Central disponibilizar, vai aparecer uma tela parecida com esta, e o usuário vai definir o cardápio que ele quer: "Eu quero este prato". E o sistema vai dar em pouco minutos.

Próximo.

Por que ainda não divulgamos? Exatamente porque temos o dever de cumprir a LAI (Lei de Acesso à Informação), que não permite que o Banco Central ou que órgãos do Governo coloquem informações, na sua rede mundial de computadores, ou seja, na internet, sem que o usuário possa exportá-las. Esse é um problema de ordem operacional, que estamos resolvendo. É um projeto que deve ser entregue agora, no segundo semestre de 2014.

Então, quando o usuário quiser entrar no Sicor e extrair os dados, ele poderá, através de um campo específico, exportá-los. Normalmente, exporta-se para o Excel, que permite manipulação, no bom sentido, e um trabalho adequado, de acordo com a conveniência de cada cidadão. Mas o fato é que estamos resolvendo o problema da – vou criar, não sei se existe a expressão – exportabilidade, já que se fala muito de mobilidade. Então, vamos permitir que os dados consultados, aqueles que você definiu como sendo sua necessidade, possam ser exportados, por exemplo, pelo seu computador, para você brincar, fazer suas simulações, em termos, por exemplo, de Excel. É nesta fase em que nos encontramos. Esperamos que, dentro em breve, possamos divulgar todos os dados do Sicor para a sociedade como um todo, com o nível de detalhamento, de riqueza e de informação de que falei.

Bom, o que já posso ver no Sicor hoje? Pegamos exatamente o conjunto de operações de crédito rural de 2013 para cá. É a era que, brincando, convencionamos chamar de "era sicoriana". O Sicor já está me dizendo que, primeiro, de 2 de janeiro de 2003 a 4 de junho deste ano, o Sicor apresentou um volume de contratos, ele está nos informando que há um volume de custeio de 1.450.818 contratos firmados no período, sendo: bancos públicos, com 943.000; bancos privados, com 161 mil; cooperativas, com 346 mil; e uma agência de fomento. Esse é o retrato de todas as operações de custeio agrícola e pecuário concedidos do dia 2 de janeiro de 2003 ao dia 4 de maio de 2014.

Por que 4 de maio? Esta é outra informação importante, Senador. Dados do Sicor, diferentemente do sistema anterior, exigem que o banco inclua a operação no que nós chamamos lá no Banco Central de "D+0".



Isto é, se ele contratou a operação hoje, ele tem que incluir no sistema hoje. Ele não pode deixar para amanhã. Se ele contratar uma operação hoje e tentar incluir amanhã, ele não vai conseguir. Já houve casos em que o banco teve que refazer a operação, senão não conseguiria incluir no sistema.

Aqui não há como, mas eu puxo a tela, vamos clicando, e a cada minuto que pedimos a informação, ele nos fornece um número diferente, tanto em termos de valor como de quantidade. Então, é um sistema que capta operações quase que em tempo real.

Com relação ao volume de operações. Nós falamos da quantidade de operações de custeio agrícola e pecuário; agora, o montante de crédito concedido para custeio agrícola e pecuário por segmento no período: R\$113 bilhões já foram colocados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, através desses bancos, sendo que 59% a cargo de bancos públicos, como Banco do Brasil, BNB, Basa e Caixa Econômica. Se bem que, em 2013, eu acho que ainda... Em 2014, com certeza, a Caixa Econômica já está aí. Ela estava começando em 2013.

Próximo.

Na parte de contratos de investimentos, temos uma quantidade maior. Na parte de custeio, eram 1.450.000 contratos. Aqui, tenho 2.319.000 contratos. Ou seja, um número de contratos de investimentos muito maior do que os de custeio agrícola. Isso é uma novidade, pois há oito ou dez anos esse número era exatamente o contrário. Havia de mais custeio do que de investimento. Isso se deve a ações do Pronaf, operações do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, que operam muito fortemente na parte de investimento pecuário.

Próximo.

Na parte de valor, tenho R\$66 bilhões. Aí já muda um pouco. Lá são R\$103 bilhões, e aí estamos com R\$66 bilhões. Portanto, o valor médio das operações de investimento é um pouco menor do que o das operações de custeio.

Na parte de comercialização agrícola e pecuária, temos 66 milhões. Os bancos públicos estão também na faixa acima de 50%, 66%. E o valor...

Próximo.

E o valor próximo de R\$29 bilhões para comercialização.

É lógico, o Wilson lembrou do apoio que existe para a comercialização. Nem tudo o que é produzido precisa de crédito de comercialização, principalmente quando o preço está bom, e nós temos vários produtos com preço muito bom, e o produtor não precisa de assistência financeira. Ele já vende o seu produto no mercado com uma rentabilidade bem razoável.

De qualquer forma, temos também 30 bilhões, aproximadamente, de recursos para a comercialização agrícola e pecuária.

Juntando as três modalidades de financiamento – custeio, investimento e comercialização –, foram contratados, de janeiro de 2013 a 4 de junho de 2014, 3.800 operações de crédito rural, pegando investimento, custeio e



comercialização. E os bancos públicos estão representados com 80% do quantitativo.

Próximo.

Na parte de valor, muda um pouco, mas temos os bancos públicos com 58% e um total de crédito concedido, em um ano e cinco meses, de R\$198 bilhões. Aí estão todas as fontes de crédito rural. Em um ano e cinco meses, esse é o nosso desempenho em termos de contratação de crédito rural no País. É importante enxergar que as cooperativas estão bem, estão crescendo, já estão com 9% do valor.

Peço que volte um pouco, por favor.

Em termos de contratos, as cooperativas estão com 11%. Elas estão chegando aos dois dígitos sonhados. O segmento cooperativo quer estar acima de 10% nessas modalidades. Em quantidade ele já chegou; em termos de financiamento também está chegando lá.

É importante dizer que há um valor diferente em termos de investimento porque a cooperativa trabalha muito com recursos recebidos dos bancos, ou seja, ela tem como característica operações mais de custeio e de comercialização. Portanto, do ponto de vista de prazo, um perfil de médio e curto prazo, de modo geral, mas isso não significa que não tenha operação de investimento.

Era isso que eu teria para trazer, dentro do prazo, que já estourou, e fico à disposição dos senhores, assim como o Banco Central, que está à disposição e sempre terá prazer em atender o convite ou a convocação do Senado, a qualquer momento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Desejo cumprimentá-lo, Dr. Deoclécio Pereira de Souza, pela sua exposição, que foi uma radiografia das ações do Banco Central no sentido de possibilitar que o setor rural tenha acesso a crédito, alavancando, assim, repito, a nossa economia.

V. S^a levantou, no curso de sua brilhante exposição, a ação do Prodoeste, que, aliás, foi um excelente programa que o Brasil realizou não só em favor do Centro-Oeste, pois outras regiões também foram beneficiadas. Eu gostaria de lembrar aqui que o alerta inicial foi dado pela Fundação Brasil Central, com relação ao Centro-Oeste.

Outro episódio importante foi o Prodoeste, e outro mais importante que o Prodoeste foi a presença da Embrapa.

No meu Estado, há três unidades da Embrapa: a Embrapa Pantanal, a Embrapa Gado de Corte, em Campo Grande, e a Embrapa Centro-Oeste, em Dourados. Cada uma com suas atividades específicas, mas têm proporcionado, através da pesquisa, elementos muito importantes para o nosso processo de desenvolvimento.

Evidentemente, na sequência, veio o FCO, sobre o qual já manifestamos, e agora nossa grande esperança, que é o Programa ABC. Executado, tenho certeza de que teremos condições de quintuplicar a economia rural do nosso País.



Meus cumprimentos, portanto, pela sua exposição mais uma vez.

Eu consulto, então, o Sr. Mário Antônio Pereira Borba sobre se gostaria de se manifestar também.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Em primeiro lugar, Senador, quero parabenizar esta Comissão pelos dois blocos aqui apresentados hoje; poucas vezes, vemos isso nesta Casa. Foram dois blocos realmente produtivos.

O que lamento, principalmente em relação ao primeiro, é que fiquei olhando e não vi nenhum Senador do Nordeste. Isso nos deixa tristes.

Quando se fala no plano agrícola, em tudo que foi falado aqui, o Banco do Brasil, por exemplo, no Nordeste, perdeu a cultura do crédito rural. Hoje, mais de 80% dos financiamentos rurais no Nordeste estão com o Banco Nordeste. O Banco do Brasil, nos anos 1990, quando fez securitização, e pesa que hoje está na dívida ativa... Hoje, ele praticamente não atua mais no Nordeste, perdeu a cultura do crédito rural. E o próprio Banco do Nordeste... Inclusive, com o Presidente do Banco, há 15 dias, em João Pessoa... A questão da burocracia. Para ter acesso ao Banco do Nordeste, a burocracia é muito grande. É preciso que haja mais simplicidade no acesso ao crédito, principalmente para a classe média rural.

É preciso, para se ter uma ideia – são normas que o Banco tem de cumprir –, apresentar a comprovação de votação da última eleição sua e da sua esposa, para ter acesso ao crédito no Banco do Nordeste. São normas do Banco, que o próprio Banco tem de exigir, porque senão paga por isso.

Há, também, quando falamos na questão da política, do plano agrícola do Semiárido, enfim, uma série de coisas que são criadas. No Brasil, há o maior Semiárido do mundo e o mais populoso. Outra coisa interessante também: é preciso ser criada... Até hoje, o Governo Federal... Todos os governos que passaram não se sensibilizaram ainda com a questão do Semiárido. É preciso haver um crédito rural específico, um crédito rural diferenciado para a região do Semiárido do Brasil, como há para todas as regiões semiáridas do mundo.

Estive na Austrália, onde há crédito rural específico. Perguntei: "Vocês pagam como aqui? Em quanto anos?". "Aqui se paga crédito rural em duas gerações?" Por quê? Já falei isso, inclusive, para o Wilson. Se eu tomo um financiamento por dez anos, e ele vence – vamos dizer – em 2020, então, se se chegar a 2018 e houver uma seca, que é natural no Nordeste – foram 73 secas cruéis, em que já morreram 500 mil nordestinos em 1870, 1880, que foram para a Amazônia tirar borracha e morreram com malária –, se em 2018 houver seca, aquele meu débito passa para 2021, para o último ano subsequente ao do meu vencimento.

Enquanto isso, ficamos nesta Casa.

Estou andando nesta Casa há 12 anos, atrás de medida provisória e de projeto de lei para resolver um passivo do Nordeste de 1989 a dezembro de 2000, Dr. Deoclécio. Foram 11 anos de correção monetária, e isso coincidiu com a seca dos anos 1990. Foram sete anos secos numa década.



Então, correção monetária e seca. Quem tomou cem deve um milhão, quem tomou dez deve cem mil. Essa conta não fecha. De 2000 para cá, os problemas estão sendo resolvidos, mas esses 11 anos, esse passivo que está lá no Nordeste... Ninguém quer falar nisso, e nós ficamos insistindo aqui.

Neste momento, faço um apelo ao Banco Central, ao próprio Ministério da Agricultura, ao Ministério da Integração – está lá a Sudene, que é subordinada ao Ministério da Integração, o Banco do Nordeste, que está ligado também ao da Integração, junto com o Ministério da Fazenda –, no sentido de resolver o passivo dessa dívida.

Há pessoas que já se suicidaram, pessoas que sofreram infarto... Enfim, é um desastre que acontece no Nordeste. O crédito do Banco do Nordeste está voltando das superintendências. Na semana passada, fui procurado pelo Banco do Nordeste para indicar produtores para terem acesso ao crédito. Nós não encontramos essas pessoas porque elas carregam um passivo dos anos 1990.

Então, é preciso que haja, vamos dizer, sensibilidade, por parte do próprio Governo Federal, no tratamento dessa questão do Semiárido. Precisamos de investimentos a longo prazo e de políticas públicas.

Eu sou do Semiárido e venho encarando essa situação toda. No ano passado, inventei de ir ao Canadá. É totalmente o inverso. Lá, as pessoas criam vacas em galpões durante quatro meses, em razão da neve. Há políticas públicas, grandes galpões, silagem, armazenamento, financiamento para 25 anos de investimento.

Eu me lembro de Delfim Netto, quando foi Ministro da Fazenda. Perguntaram-lhe por que os investimentos não iam para o Nordeste, e ele disse – lembro-me muito bem desta frase –: "Investimento ao Nordeste, o retorno é a longo prazo".

Então, é preciso que haja conscientização e sensibilização do Governo Federal em relação ao Semiárido.

Está aí a Transnordestina parada, praticamente. A transposição só foi em 2006 e 2010, e, agora, em 2014, novo avanço. Não é possível que vamos esperar outra eleição para que a transposição saia. Há cidade sem água. Estamos com reservatório nosso com 30%, 23%, 15%. O maior reservatório da Paraíba está com 37%. Há regiões em que, neste ano, choveu 100 milímetros. O ano de 2014 será ruim também. A perspectiva para 2015, segundo o Ministério da Fazenda, numa palestra a que assisti no Ceará, não são boas.

Então, esse tratamento com o Semiárido tem de ser diferenciado. E dizem: "Mas há o Pronaf". Mas o Pronaf do Semiárido é o mesmo Pronaf do Rio Grande do Sul. Então, é preciso que se reveja isso.

Quanto à questão da irrigação... Quer dizer, o Semiárido agora, com transposição, com certeza... E é preciso ter muito cuidado nessa questão da transposição. A Paraíba vai receber quatro entradas de água, fora os canais que já existem, fora 13 mil hectares que já existem com possibilidade de serem irrigados, mais 15 mil. Vai ser uma infinidade de hectares.



Agora, é preciso também que se tenha gerenciamento dessa água. Os canais do Nordeste, muitos deles estão sendo invadidos. A pessoa instala um sifão e tira água de todo jeito; movimentos que se dizem sociais estão invadindo os canais. Se não houver gerenciamento das águas no Semiárido, não vai servir de nada. Temos que procurar empresários, pessoas que realmente...

Nosso grande problema ainda é a questão da educação no Nordeste. A educação é a primeira palavra em tudo. Quando pensamos em fomento, desenvolvimento, tecnologia, temos de pensar em educação.

No último senso do IBGE, o Nordeste tinha um índice de analfabetismo com média de 23%. E os semianalfabetos, quantos são? E como queremos fazer crescer e desenvolver uma região, se não educarmos o nosso povo? Então, esse é o primeiro passo que o Governo Federal e os nossos governantes estaduais têm de dar.

Na semana passada, o Governo da Paraíba – não só da Paraíba, mas do Nordeste todo – estava distribuindo semente. Distribuir semente em região semiárida? Se a região é semiárida, é pecuária. Os grandes confinamentos do mundo, as grandes bacias leiteiras estão em regiões semiáridas do mundo. E no Nordeste não é diferente.

Mas estavam distribuindo seis quilos de semente ao produtor pronafiano, dois quilos de milho, dois quilos de feijão, dois quilos de sorgo, anunciando na rádio local. E dizia mais: "Se você não vier receber sua semente, não tem direito ao seguro Safra." Isso é regredir ao passado.

Então, é preciso que a gente também veja essas coisas.

Mas não quero me alongar. Eu queria fazer um apelo ao Banco Central justamente nessa questão do Semiárido, Deoclécio. Temos que resolver o passivo dessa dívida. Se não, não adianta botar dinheiro no Nordeste, principalmente a classe média.

Nós, hoje, temos três produtores neste Brasil. Só temos dois Ministérios, mas temos o pequeno produtor pronafiano, que é assistido na sua totalidade; o empresário rural do agronegócio; o exportador, porque esse não precisa do Governo; e a classe média rural sofre pressão de cima e de baixo.

Tenho um amigo, o nosso Presidente da Federação do Rio Grande do Sul. No ano passado, o Presidente do Banco Central esteve na CNA, e ele, brincando com o Presidente, dizia que aquele espaço que há lá no Banco Central foi o da agricultura. Mas com a ida dele à CNA podia ser que daí para frente o Banco olhasse para a agropecuária brasileira.

Essa é uma piada do Sperotto, lá do Rio Grande do Sul.

Eu queria fazer uma pergunta ao Wilson.

Um produtor rural no Nordeste, que tem uma renda bruta anual de R\$200 mil, pode ser enquadrado no Pronamp, tendo em vista que o Pronamp, a renda bruta, vai até R\$1,6 milhão?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Pode. Não há nada que impeça. O Pronamp não é excludente para baixo. Ele pode ser beneficiário do Pronaf e pode ser beneficiário dos investimentos do Pronamp.



O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – É porque alguns estão pensando que é dali dos 360 para frente.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Não, não. Nós utilizamos como corte, mas há muitos produtores com esse nível de renda que não estão enquadrados no Pronaf também. E no Nordeste me parece que é um número muito expressivo.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Está O.k.. Obrigado.

A outra pergunta seria para o Ministério da Integração. Eu fiz a pergunta no bloco primeiro, mas o Ministério não estava presente. Eu faço a pergunta: e a conclusão exata da transposição, quando sai? Estão anunciando para 2015. Eu sei que em 2015 não sai.

O SR. CARLOS HENRIQUE ROSA – Bem, não quero frustrar um pouco suas expectativas, não, mas, como falei no início, eu trabalho na Secretaria de Fundos Regionais do Ministério da Integração Nacional. Eu sei o tanto que é divulgado pelo Ministério da Integração, em seus meios de comunicação oficiais pela mídia tradicional. O prazo que é dado é final de 2015. No final do ano que vem um dos canais será entregue, sim. A expectativa é essa.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Senador, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Meus cumprimentos ao Sr. Mário Antônio Pereira Borba pela sua exposição franca, aberta. Esse é o objetivo que queremos colher aqui, nesta Comissão. É a voz de todos: dos produtores, do Governo e de todas as pessoas que se interessam pelo nosso País.

Eu me permito, Sr. Mário Antônio, dizer a V. S^a que estou aqui, no Senado, há algum tempo. Estive na Câmara dos Deputados também por doze anos e sempre percebi a presença atuante dos Parlamentares do Nordeste.

No caso específico que o senhor fala, do passivo dos ruralistas dos anos 90, ainda há pouco tempo, houve um debate muito intenso aqui, não só nesta Comissão como no plenário. Se depender do Senado da República, do Parlamento brasileiro, essa questão será resolvida. Mas, infelizmente, ela está do outro lado, no Palácio do Planalto. Não conseguimos até agora, os Parlamentares do Nordeste não conseguiram até agora sensibilizar o Governo da República. Eu me comprometo a transmitir as observações do senhor aos Parlamentares que compõem esta Comissão. Se eles não estão presentes hoje aqui é em razão de outros compromissos já feitos, inclusive eu mesmo não sabia da realização desta reunião hoje.

Eu vim ontem, gripado como estou, do meu Estado, para atender a esta convocação. Então, eu gostaria que o senhor relevasse a ausência dos Parlamentares do Nordeste e que ficasse ciente de que a participação deles na solução dessa questão tem sido intensa, presente; e se não houve resultado até agora, isso não depende da voz e do trabalho deles.

Eu queria apenas que o senhor relevasse não só a ausência deles, mas, sobretudo, que se conscientizasse de que eles trabalham pela sua região.



V. Ex^a pode falar.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Realmente, Senador, existe a boa vontade dos nossos Parlamentares. Por isso é que eu disse que há 12 anos eu acompanho a questão do endividamento nesta Casa. Este ano, inclusive, já participei, representando a CNA, de duas audiências públicas, uma no Senado e outra na Câmara. Mas, como o senhor falou, não depende desta Casa. Todos nós sabemos que existe na Casa Civil um cidadão chamado Gilson Bittencourt, e que as pretensões do Nordeste esbarram nesse rapaz. Isso não é de agora, é desde a época do Ministério da Fazenda. Temos aí a questão do milho do Nordeste, em que o produtor, antes da seca, retirava do balcão 14 toneladas de milho; o produtor de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul levam 27. Mas o Nordeste, tudo bem, 14. Depois que veio o plano emergencial do milho, baixou para 7; caiu para 5, caiu para 4, caiu para 3. Hoje, o produtor está recebendo 1.200kg de milho no Nordeste, e não há. E tudo isso passa por esse cidadão.

O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Eu gostaria de saber se algum dos senhores convidados deseja se manifestar.

Com a palavra, o Sr. Wilson Vaz de Araújo.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Mário, eu também acompanho essa sua via sacra o tempo todo, porque já estamos do lado de lá no Ministério e sabemos que há um pedaço que ainda não foi devidamente equacionado e que vem exatamente desse período, quando havia encargos pós-fixados, ou seja, os custos aumentavam com o tempo, com a taxa de inflação.

Mas não é isso que eu queria comentar. Eu tinha essa leitura que você faz também do Banco do Brasil em relação ao Nordeste. Ele ficou, de fato, por um período, fora do processo.

Ontem, antes de vir para esta reunião, eu pedi os dados, os números atualizados do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste em relação ao Semiárido e ao Nordeste como um todo nesse Plano Safra 2013/2014. Os números que o Banco do Brasil me encaminhou ontem foram R\$4,9 bilhões de aplicação, dos quais R\$1,6 bilhão são no Semiárido.

Os números do Banco do Nordeste aparecem com R\$4,274 bilhões, e no Semiárido, R\$1,8 bilhão. Esses números são de ontem, acumulados de julho para cá. Então, eu não sei, porque...

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – E os pronafianos e os não pronafianos?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Há separados aqui também. No Banco do Brasil não há, mas no Banco do Nordeste está separado. Mas há pelo menos uma parte que colocamos no plano do Semiárido, não sei se você lembra, R\$3 bilhões para a agricultura empresarial, incluindo o médio produtor rural. O Banco do Brasil aplicou tudo que nós tínhamos autorizado de equalização e nos pediu ainda mais uns R\$400 milhões, R\$500 milhões de equalização adicional.



Então, eu acho que eles estão revendo a atuação deles e têm demandado mais recursos para atuar na Região Nordeste.

O SR. DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA – A Caixa Econômica está entrando no processo. Eu confesso que não sei exatamente como está o trabalho dela no Nordeste, mas a Caixa Econômica está chegando e tem uma pretensão muito boa, envolve toda a presidência do Banco, toda a diretoria colegiada da Caixa. E ela chegando ao Nordeste, tenho certeza, dada a capilaridade dela, vai ser um grande parceiro do agricultor, particularmente porque ela tem uma exigibilidade crescente até daqui a mais dois anos, e com dinheiro barato, porque ele é barato para o Governo, já que são depósitos à vista. Não há equalização, mas ela tem a obrigatoriedade de aplicar em crédito rural.

Então, posso até dizer o seguinte: ela não só está chegando positivamente no mercado, e aí, com a sua capilaridade, em todas as regiões do País, como vai trabalhar muito forte. Ela tem, e sempre falei isso ao pessoal da Caixa... Alguém falou, em determinado momento, que a Caixa poderia não ser muito bem sucedida em crédito rural. Eu disse que tudo que a Caixa precisaria era, a meu ver, de crédito rural para consolidar inclusive a sua clientela, porque a Caixa, até há pouco tempo, atendia um cliente aqui e perdia para um concorrente ali, por não ter crédito rural. Hoje, ela consegue fidelizar o cliente dela através da linha de um produto chamado crédito rural, que ela não tinha até então.

Ela está chegando forte e com muito dinheiro para o crédito rural, dinheiro que já está lá. Não é a agricultura, Wilson, que está colocando lá. Já existe a chamada exigibilidade do crédito rural de que falei. São 34% dos depósitos à vista que a Caixa também, como qualquer outro banco, vai ter que colocar no crédito rural. Ela está em fase de transição: nesse período, são 13%; vai evoluindo, salvo engano, para 17%; e vai chegar a 34% em breve. Ela tem um volume muito significativo de recursos para colocar no crédito rural.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Permite-me um complemento?
(Pausa.)

Na avaliação da Caixa Econômica Federal, eles devem ter, para este ano safra 2014/2015, uma disposição de recursos, claro, para o Brasil inteiro, de R\$6 bilhões. É o volume de recursos que colocamos dos três fundos constitucionais nesse Plano Safra. É praticamente o mesmo recurso dos dois bancos federativos. Realmente, a entrada da Caixa é uma coisa que vai dar uma balança, sobretudo em bancos públicos federais

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Consulto se os demais convidados desejam se manifestar. (Pausa.)

Da minha parte, agradeço a presença de todos, inclusive do Sr. Mário Antônio com as suas provocações. Foi muito importante. V. Srª poderia se candidatar ao Senado. (Risos.)

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – O problema é ter quem banque, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Mas terá oportunidade.



Tenho, para mim, que esta reunião foi de extrema valia, porque atinge os objetivos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da República. Nosso objetivo, como disse aqui, é analisar as políticas públicas de planejamento, execução e controle de crédito rural no Brasil. Acho que cumprimos a nossa missão hoje.

Cumprimento a todos. Agradeço a presença aqui até esta hora, principalmente dos nossos convidados, pela valiosa contribuição que prestaram a esta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)